

# CRISE AGRÁRIA NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: fugindo da aparência na busca da essência

José Sidnei Gonçalves<sup>1</sup>

## **1 - AGRONEGÓCIO COMPETITIVO E IMENSA EXCLUSÃO SOCIAL: os argumentos dos extremos estão certos**

A mídia nacional, nos últimos meses, vem sendo assaltada pelas notícias da violência no campo e pelos confrontos retóricos entre forças antagônicas como a União Democrática Ruralista (UDR) e outras facções de proprietários de terra e pelo Movimento dos Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais de luta pela reforma agrária. Afora as demonstrações de extremismo que beiram (e o que é pior chegam às vias de fato) o conflito armado, a sociedade civil vê-se bombardeada por argumentos que mais confundem que esclarecem a realidade. Esse debate sobre os vários episódios envolvendo o recrudescimento da crise agrária neste limiar do novo milênio, na verdade, traz à tona uma questão que se perpetua há mais de 500 anos pela opção do desenvolvimento sem rupturas estruturais nas pseudomorfozes da economia brasileira, que foi industrializada mas continua presa à economia agrária, pois, na verdade, sofreu um processo de agroindustrialização. Dados os extremismos envolvidos no debate, tem-se focado duas constatações empíricas que são aparências inegáveis, quais sejam:

- 1) o absoluto sucesso do desenvolvimento dos agronegócios no Brasil formando uma das agriculturas mais evoluídas e competitivas do mundo, tanto assim que nações desenvolvidas erguem barreiras protecionistas para impedir a conquista de seus mercados pelos produtos brasileiros dos agronegócios. Esses produtos nacionais têm elevado grau de inovações tecnológicas embutidas, sendo superiores em qualidade e produtividade;
- 2) a absoluta insustentabilidade do atual grau de desigualdade social, econômica e de renda que vigora na sociedade brasileira que abriu uma “vossoroca” que, não apenas se alarga em dimensão e aprofunda-se em amplitude,

como continua a corroer as bases do modelo a montante, fazendo despencar no precipício da exclusão levas inteiras de lavradores e pecuaristas que não encontraram alternativas para sobreviver à derrocada de uma produção submetida à expansão capitalista numa economia globalizada.

Não há como negar essas duas constatações axiomáticas da realidade brasileira dado o sucesso dos agronegócios capitalistas contrastando com a catástrofe das iniquidades sociais. Assim sendo, ambos os extremismos estão cobertos de razão e seus argumentos centrais são irrefutáveis, não havendo qualquer possibilidade de as partes poderem chegar a uma posição consensual sem que se abram mão de princípios. E, nesse sentido, há que se ter claro que, nos marcos da sociedade democrática submetida ao Estado de Direito, é saudável o radicalismo na defesa de princípios não sendo permitido, nesse caso, em qualquer hipótese, pensar que qualquer das partes abra mão de seus argumentos, mesmo porque tanto teórica como empiricamente a realidade comprova que eles estão corretos.

Como que axiomáticas, essas constatações da realidade conduzem a um impasse, qual seja, como encontrar alternativas que rompam com a lógica do aprofundamento dos conflitos que conduzem ao absurdo do conflito armado que, por mais doloroso que seja aceitar, é como a humanidade tem resolvido esse impasse no decorrer dos séculos. Lógico que as autoridades vão apegar-se às leis, mas nunca poderão defender sua aplicação em nome da justiça, uma vez que haverá sempre uma parte injustamente perdedora. Muitas vezes, as notícias conduzem à profunda perplexidade, pois desatados os desatinos promovidos por ambos os grupos sociais contendores, proprietários de terras e os sem terra, o Estado de Direito não encontra mecanismos de encaminhar a solução do problema, acabando, mais uma vez, pela postergação de sua solução, como tem sido a história brasileira há mais de 5 séculos. Mais à frente, essa questão, “varrida para debaixo do tapete”, emergirá com igual ou maior força.

---

<sup>1</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios.

Tal como nas grandes epidemias de saúde pública, como a recente luta contra a pneumonia asiática ou a necessidade de superação de uma nova doença que ataca lavouras, como o cancro cítrico, deve-se buscar na ciência a procura por alternativas. Para isso, há que fugir das aparências irrefutáveis e procurar, na essência da questão, caminhos que conduzam a antídotos contra o agravamento dos conflitos sociais. Dessa maneira, há que internalizar novos elementos ao debate da economia política agrária, indo mais além da repetição de argumentos que desde há muito já se aceita como verdadeiros e que, por isso mesmo, não devem ser manipulados para fazer verdades plenas as postulações das partes, mesmo porque nesse plano existiriam duas verdades, o que coloca numa encruzilhada a economia política, enquanto ciência. Essa é a tentativa deste ensaio, que tentará fugir do lugar comum dos dois argumentos basilares dos contendores, os quais, desde logo, assume-se como irrefutáveis. Se assim o são, não podem ser antagônicos, ou seja, deve haver algo mais profundo a discutir que a distribuição de terras e dos benefícios da terra. Afinal, como escreveu há mais de um século, o maior dos pensadores alemães, Karl Marx: “*se a essência e a aparência das coisas se confundissem, irrelevante seria a ciência*”.

## 2 - LAVOURA BRASILEIRA<sup>2</sup>: espelho do sucesso competitivo da lavoura do texas<sup>3</sup>

A construção teórica dos pensadores

<sup>2</sup>Desde logo, para se evitar confusão, faz-se aqui uma diferenciação nítida entre agropecuária e agricultura, sendo a agropecuária concebida como a produção primária das lavouras e criações e a agricultura tomada no sentido setorial mais amplo, qual seja, agropecuária mais agroindústrias a montante e a jusante do campo, mais agrosserviços em todos os elos das cadeias de produção dos agronegócios. Assume-se assim, aqui, mais um axioma basilar de Karl Marx, para quem, “*as transformações econômicas são o motor da história*”.

<sup>3</sup>Denomina-se aqui de “lavoura texana”, a produção de grãos e fibras do Meio Oeste dos Estados Unidos da América (EUA), um verdadeiro milagre da ciência agrônoma que acabou transformando aquilo que os ingleses denominavam “*deserto inabitável das américas*” na mais importante estrutura mundial produtora de grãos e fibras. Similar ocorrência técnica, sob condições históricas distintas, pode ser atribuída à expansão dos grãos e fibras no Cerrado Brasileiro, as denominadas terras ácidas. Isso pode ser verificado na leitura do próprio ideólogo da modernização da agricultura brasileira que, em 1960, considerava a fronteira agrícola brasileira esgotada quando o Brasil Central ainda era um grande vazio produtivo.

da economia agrária brasileira tem sido marcada pela predominância dos marcos teóricos desenvolvidos para a economia norte-americana. Não há qualquer demérito nisso, afinal, ao lado de especificidades históricas irrefutáveis, pode-se encontrar imensas similaridades entre essas agriculturas, iniciando-se pelo fato que tanto o Brasil como os Estados Unidos da América são economias continentais, ou seja, qualquer que seja a opção de desenvolvimento econômico, os agonegócios se transformarão, mas continuarão a ser o setor econômico fundamental do ponto de vista do emprego e da renda. Dessa maneira, enquanto único setor econômico capaz de dar conta da territorialidade característica de economias continentais, as estratégias de desenvolvimento nacional para abrangerem toda amplitude do espaço econômico vinculam-se a opções de desenvolvimento da agricultura. Dessa maneira, assumindo sem qualquer constrangimento a influência do desenvolvimento da agricultura norte-americana para o desenvolvimento da agricultura brasileira, seja no plano institucional, no plano tecnológico ou ainda no plano conceitual, há que se verificar com mais profundidade o que é essa agricultura norte-americana, em termos de opção por modelos de desenvolvimento agrário, que configuraram a atual realidade da maior agricultura mundial.

A economia agrária brasileira surgiu nos anos 40s como resultado direto da influência da escola norte-americana, em especial aquela voltada para a discussão do desenvolvimento econômico, como as teorias de Theodore W. Schultz sobre as transformações da agricultura desenvolvidas nos anos 30s em diante. Essas concepções tiveram influência direta no pioneiro da economia agrícola brasileira, Ruy Müller Paiva, como se pode depreender de sua tese sobre o algodão no sudoeste brasileiro, defendida no Texas College, em fevereiro de 1941. A preocupação fundamental de Müller Paiva era com a transformação técnico-agronômica da produção setorial, tanto nesse texto<sup>4</sup>, como nos demais que acabaram por conceber sua idéia de modernização da agricultura brasileira que prevaleceu he-

<sup>4</sup>A pergunta fundamental de Ruy Müller Paiva, um pesquisador da agronomia do algodão que se enveredou pela economia agrícola, era investigar o porquê a lavoura norte-americana, em plena guerra, enviou multidões de homens para as frentes de batalha e ao mesmo tempo aumentou a produção. A modernização dos processos produtivos era a resposta mais evidente para esse desempenho setorial.

gemônica na economia agrícola brasileira durante décadas, em especial, no apogeu do processo de transformação ensejado nos anos 60s e 70s. A internalização do uso de insumos modernos como fertilizantes e agroquímicos e a intensificação do uso de máquinas nas lavouras consubstanciarão um processo de mudança no campo que liberaria mão-de-obra que seria absorvida na expansão urbano-industrial. Para isso, Müller Paiva já nos anos 40s e 50s defendia o crédito subsidiado (por ele denominado crédito facilitado) e os preços mínimos (por ele denominados preços remuneradores) como instrumentos de política agrícola capazes de impulsionar a modernização da agricultura. Essa linha hegemônica de pensamento da economia agrícola brasileira, ainda prevalece na maioria das equipes que tratam do tema, permeando muitas análises ainda no momento atual.

De fato, a modernização da agricultura foi efetivada com a adoção das políticas de crédito subsidiado nos anos 60s em diante, lastreada, ainda, na pesquisa pública capaz de criar, principalmente, as variedades e cultivares que respondessem aos insumos e máquinas introduzidos. Desde logo, há que se reconhecer, mais uma vez, o irrefutável sucesso desse processo de modernização das lavouras brasileiras, criando uma capacidade competitiva comparável à das principais nações do mundo ocidental. Entretanto, cumprido seu papel de transformar as lavouras brasileiras, o crédito subsidiado foi abandonado nos anos 80s em diante e, a despeito disso, houve um crescimento ainda mais consistente das lavouras brasileiras nas décadas seguintes. Assim, as explicações para esse sucesso devem estar mais além do que as políticas de crédito dos anos 60s e 70s, embora, não se possa negar sua relevância preponderante nessa quadra histórica em especial. Mas, antes de entrar com maior profundidade nesse debate, o que exige uma visão de amplitude estrutural distinta, há que se pontuar que todas as medidas de políticas para as lavouras são tributárias do legado das idéias de Ruy Müller Paiva. As políticas agrícolas dos anos 80s, 90s e seguintes, inclusive as tomadas pelo Governo neste ano, têm o mesmo desenho da concepção desenvolvida nos anos 40s. Afinal, quais os instrumentos do Plano de Safra 2003-2004? O crédito facilitado e os preços mínimos, que nem sempre atendem ao requisito de preços remuneradores. E do denominado Plano de Safra para a Agricultura Familiar? Exata-

mente o mesmo preceito de política agrícola, decalcado da cartilha de Ruy Müller Paiva<sup>5</sup>.

Mais ainda, em que consistem esses planos de safra? Os instrumentos de política continuam a guardar similaridade com os mesmos defendidos nos anos 40s e 50s, aplicados primeiramente pelo Governo de São Paulo no final dos anos 50s e início dos 60s e adotados nacionalmente da metade dos anos 60s em diante, até seu apogeu na primeira metade dos anos 70s. Tanto assim que, a crítica mais contundente centra-se exatamente na “falta de crédito”, tomada quase que literalmente pelos segmentos descontentes e/ou excluídos como falta de política agrícola. Ora, a similaridade é tamanha que, mesmo a área governamental criada para formular e aplicar políticas especiais para a agricultura familiar, que engloba os “barrados no baile” da modernidade, os excluídos do campo, baseia-se exatamente nos mesmos pressupostos instrumentais. Destaque-se que nas políticas econômicas brasileiras, todos os governos federais, inclusive o atual até o momento, praticam preponderantemente, os instrumentos. Mais ainda, toda a retórica dos Planos de Safra rende-se a apenas um grupo de produtos, as cadeias de produção de grãos e fibras, com algumas novidades para outras mercadorias, mas sem fugir desse núcleo central.

A própria imagem de divulgação desse fato está associada ao despejar de colhedoras de milho e soja em caminhões nos campos do sucesso. A própria época de divulgação atende às vicissitudes da sazonalidade, para que haja tempo para plantar a maior área da safra de grãos e fibras, que é a safra das águas. E as notícias das vendas crescentes da agroindústria de máquinas agrícolas reforçam a confiança na “nova supersafra”, sendo que a que se encerrou superou a magnífica barreira das 120 milhões de toneladas

---

<sup>5</sup>Por essa razão, tem-se que colocar o Engenheiro Agrônomo Ruy Müller Paiva no seu lugar merecido, como um dos pensadores que mais influenciaram o desenvolvimento nacional, forjando o aparato ideológico que sustentou a modernização da agricultura e criou uma instituição, o Instituto de Economia Agrícola em setembro de 1943, ou seja, completa 60 anos. Trata-se, na verdade, do criador da ciência econômica aplicada à análise setorial no Brasil, organizando-a para pensar o desenvolvimento agrícola dentro do processo de desenvolvimento econômico, que surgiu em 1941, muito antes da pretensa primazia da análise industrial como motor do surgimento desse ramo do pensamento no Brasil.

de grãos e fibras<sup>6</sup> em muito pouco tempo um sonho que pareceria inatingível na metade dos anos 90s. Interessante salientar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) traça para a agricultura familiar exatamente o mesmo desenho traçado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Para os mesmos grãos e fibras (milho, feijão e arroz, somados à mandioca), numa leitura quase de uma política dirigida para os que ainda não são, mas serão agriculturas empresariais. Isso porque, em síntese, se for bem sucedido em termos de incremento de renda, certamente o agricultor atendido pelo MDA passará a constar do MAPA<sup>7</sup>.

Essa política de desenvolvimento agrá-

<sup>6</sup>Interessante verificar, para as cadeias de produção de grãos e fibras, a ocorrência da generalização de um padrão tecnológico do ponto de vista agrônomo já dominado nos anos 80s, ou seja, representa a generalização de padrão agrário já internalizado no final dos anos 70s, o qual não teve inovação tecnológica substantiva a que possa ser atribuída a característica de ruptura paradigmática. Os gradientes de produtividade dos grãos e fibras para a metade dos anos 80s mostravam uma enorme amplitude de rendimento dessas lavouras com poucos pioneiros situando-se nos patamares mais elevados enquanto que, a base praticava rendimentos mais baixos. Desse período para frente ocorre um progressivo crescimento dos plantadores com maiores rendimentos e queda proporcional daqueles com baixos rendimentos, o que leva a aumento nas médias de rendimento. No momento atual, há a concentração nos gradientes de maior rendimento impulsionando a média observada para cima. Nesse processo, a distribuição de rendimentos que nos anos 80s mostrava uma elevada concentração nos baixos rendimentos, na realidade atual, revela que essa concentração é elevada nos altos rendimentos, com que a média geral cresce. Se de um lado essa aceleração do processo de adoção de tecnologia resulta na maior competitividade setorial, de outra incrementa o tamanho das lavouras revelando sua face concentradora de terra ao ser tributário do avanço da mecanização, em especial, nos cerrados do Brasil Central. As unidades de produção de menor área do Sudeste, principalmente, as paranaenses, gaúchas e paulistas perdem competitividade e aquelas, sem alternativas, são fagocitadas no processo. Essa é a dinâmica recente das cadeias de produção de grãos e fibras. De símbolos da modernidade tecnológica nos grãos e fibras, os lavradores do Sudeste (SP, PR e RS) passaram a exemplo do atraso. Muitos que detinham competência tecnológica e tiveram acesso ao financiamento da maquinaria, para fugir das deseconomias de escala de suas pequenas e médias propriedades no Sudeste, migraram para o Brasil Central, onde passaram a ser grandes lavradores. Essa migração é compatível com a consolidação da moderna lavoura de escala.

<sup>7</sup>Por essa razão é que este autor aponta, há décadas, a absoluta desnecessidade da divisão entre esses ministérios, pois do ponto de vista dos instrumentos e dos objetivos, fazem exatamente a mesma coisa. A política de terras, implantada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), esta sim justificaria um Ministério de Terras, nunca de um Ministério do Desenvolvimento Agrário nos moldes de atuação realizados.

rio, para as mesmas cadeias de produção de grãos e fibras inseridas no Plano de Safras do MAPA, traz uma contradição em si mesma, qual seja, se obtiver sucesso implica, de forma inexorável, na reprodução da moderna lavoura capitalista de grãos e fibras submetida aos desígnios da escala para ganhos de eficiência e competitividade. Tome-se uma alimento típico do brasileiro, o feijão, produto para o qual sequer há transação internacional relevante, cujo acesso é popularmente sinônimo de necessidade pela população, em especial a mais carente, público alvo do Programa Fome Zero. A pobreza brasileira, à parte das zonas rurais nordestina e amazônica, está concentrada nos grandes centros urbanos. Assim, o não acesso aos alimentos representa um problema de renda, decorrente do desemprego e da baixa remuneração urbanos e/ou da incapacidade de gerar condições de sobrevivência, como as populações ribeirinhas amazônicas e do semi-árido nordestino. Para a imensa maioria dessas famílias, o mecanismo mais consistente de erradicação da fome é a adoção de políticas sociais compensatórias para permitir o acesso aos alimentos. Assim, desde logo, é meritória a decisão do Governo Federal de enfrentar a luta para solucionar essa chaga social absolutamente inaceitável para as condições brasileiras. Entretanto, os impactos das políticas para a agricultura familiar, nos moldes apresentados, podem ser pífios, além de poder em encarecer e reduzir a abrangência do programa contra a fome.

Por que a política para a agricultura familiar, centrada no exemplo do feijão, mostra-se incompatível, e até mesmo antagônica, com os objetivos do programa contra a fome? Para se combater a fome urbana ou de regiões com baixas possibilidades de produção suficiente, deve-se mobilizar os instrumentais de sucesso da agricultura brasileira. Assim, para uma mesma quantidade de recursos disponíveis, quanto menor o preço final pago pelo consumidor, maior a quantidade de alimentos adquirida e consumida. Feijão mais barato é mais feijão no prato poderia ser o lema. Afinal, como produz feijão, uma lavoura modernizada nos padrões capitalistas, esse como os demais grãos<sup>8</sup>? Para uma produtividade de 600kg/ha em cultivo de sequeiro, o custo de

<sup>8</sup>Essas condições são decorrentes de observações do autor na realidade do Sudoeste Paulista na safra das águas 2002-2003, mais precisamente para a cidade de Itaberá-SP, que representa a principal região produtora paulista do produto.

produção de feijão é de R\$60,00/saca, ou seja, R\$1,00/kg. Para uma produtividade de 1.200kg/ha em cultivo de sequeiro, o custo de produção de feijão é de R\$48,00/saca, ou seja, R\$0,80/kg. Para uma produtividade de 3.600kg/ha em cultivos irrigados, o custo de produção de feijão é de R\$38,00/saca, ou seja, R\$0,63/kg.

Mais informações a considerar, o lavrador de 600kg/ha planta em média 3,5 hectares (1,5 alqueires paulistas) colhendo, portanto, se tiver enorme sucesso, 35 sacas de feijão. O lavrador de 1200kg/ha planta em média 10 hectares (4 alqueires paulistas), obtendo colheita de 200 sacas. O lavrador de 3600kg/ha, cultiva em média 100 hectares de feijão, obtendo 6.000 sacas do produto. Assim, como os consumidores estão nas cidades e nas grandes metrópoles, tão importantes quanto os custos de produção são os custos de transação. Ora, para buscar o feijão na roça, exige-se lote mínimo de 150 sacas (carga de 1 caminhão) e estrada boa, para redução tanto do custo do frete quanto da “homogeneização” da carga. Assim, os custos de transação são inversamente proporcionais aos volumes produzidos, sem considerar as diferentes qualidades de produto, pois o feijão irrigado, colhido mecanicamente, é muito mais homogêneo, logo, os seus custos finais colocados nas gôndolas dos supermercados são, proporcionalmente, ainda mais vantajosos. Mas, desconsiderando os custos de transação para efeito das compras governamentais<sup>9</sup>, com menor burocracia e melhor qualidade do produto, no caso do feijão de alta tecnologia, pode-se consumir 58,7% mais feijão com o dispêndio da mesma soma de recursos governamentais, o que permitiria atender a muito mais gente<sup>10</sup>. Dessa forma, tendo claro que a questão do não acesso aos alimentos, por grande massa da população urbana, é uma questão de demanda e não de oferta, não apenas para os desempregados, como para os urbanos de renda insuficiente, e também para a imensa massa de traba-

lhadores assalariados, a proposta para a agricultura familiar é inconsistente, além de não significar solução adequada para os próprios agricultores familiares, pois só terão sucesso, se mudarem de lado, tornando-se lavradores empresariais.

Isso nos remete, em retorno, à discussão do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Todos os argumentos apresentados sintetizam um dado padrão agrário de produção centrado nos desígnios da escala, sustentado no uso de insumos, máquinas e outras técnicas modernas. Esse padrão está implantado na agricultura brasileira com absoluto sucesso. Para a soja já se tem produtividade superior à norte-americana, e o Brasil é um dos maiores exportadores mundiais. Para o milho, que denomina-se plantios comerciais, como lavoura principal, o desempenho e a capacidade de resposta segue na mesma tendência, inclusive na presença do milho brasileiro no mercado internacional com volumes cada vez mais significativos. Atualmente, para o algodão, há semelhante situação. Para o arroz e o feijão existe enorme capacidade de resposta a preços. Noutras palavras, para os grãos e fibras enquanto lavouras de elevada eficiência de escala, estão internalizadas na agricultura brasileira, as condições de elevado incremento de produção, se os preços relativos forem vantajosos. Ressalte-se que preços vantajosos são preços efetivamente praticados nas transações comerciais em economia aberta, inserida num mercado globalizado, quais sejam, contabilizando as políticas ativas de incentivo às exportações das nações desenvolvidas, tais como o financiamento das aquisições dos produtos nesses países<sup>11</sup>. Essa agricultura produtora de produtos primários e de bens intermediários de baixo valor agregado, associando ganhos em escala com alta produtividade que além dos grãos e fibras pode-se verifi-

<sup>9</sup>Mesmo que o Governo Federal não adquira diretamente o produto, preferindo distribuir recursos para que as famílias atendidas comprem seu feijão, alguém vai realizar essa operação de levar o produto da região de produção para a região de consumo.

<sup>10</sup>Igual raciocínio pode ser feito para a mandioca, principal alimento nordestino, pois pela estrutura de produção e de custos é muito mais barato levar a farinha de mandioca de Paranavaí (PR) para abastecer o sertão nordestino, que produzir esse produto em condições não competitivas no Nordeste.

<sup>11</sup>Isso faz das políticas macroeconômicas de câmbio e de juros, os mais poderosos instrumentos de competitividade da agricultura brasileira, pois o câmbio impacta diretamente os preços relativos quando expressos em moeda brasileira, dado um preço internacional e um dado patamar do câmbio. Além disso, comprando produtos como o trigo, a juros de 4 a 6% ao ano e prazos de até 420 dias, pode-se internalizar o trigo no Brasil, processar e comercializar o produto final em até 60 dias, aplicar os recursos no mercado brasileiro a juros elevados que representam ganhos financeiros palpáveis que, em última instância, significam produtos estrangeiros mais baratos no mercado interno. O único antídoto para juros altos nesse caso, seria manter, ao mesmo tempo, o câmbio alto para encarecer o produto estrangeiro pois, caso contrário, os impactos podem ser deletérios.

car no açúcar e álcool, no suco cítrico e no papel e celulose nada mais é que o padrão texano de lavouras.

Essa agricultura do Texas, típica dos *belts*, associa lavouras mecanizadas com uso intensivo de insumos, produzindo uma dada *commodity* enquanto produto, com elevado padrão de uniformidade, com preços cadentes pelo constante incremento da produtividade. Essencialmente, a renda líquida deve crescer com incrementos de quantidades produzidas que levem a quedas de custos de produção por unidade mais significativas que as reduções de preços, ou seja, trata-se de lavoura cujos ganhos em escala determinam as rentabilidades dos empreendimentos. Em economias continentais essa agricultura texana é fundamental para o desenvolvimento nacional, não apenas para sustentar enquanto bens intermediários outras cadeias de produção, como o complexo carnes, em especial, de suínos e aves, como também para fornecer esses bens no mercado internacional. Pela extensão cultivada e pelo volume produzido, o tamanho dessa lavoura no Brasil deve ser sustentado, e mesmo ampliado, pela importância no emprego, na renda e na geração de divisas. Para algumas dessas grandes lavouras como a de cana, laranja, pinus e eucalipto (e mesmo o algodão do caroço para a pluma), pela necessidade logística da realização do primeiro processamento na origem, o incremento de renda e de emprego são ainda mais significativos. Tem-se aí todo o panorama do sucesso da agricultura brasileira, eficiente e competitiva, tal qual se verifica no Texas, e atualmente até mais consistente que lá, e que deve ser estimulada e mantida como absolutamente imprescindível para o desenvolvimento nacional. Se o Brasil incrementar a agregação de valor, internalizando elos subsequentes da cadeia de agregação de valor, multiplicará renda e emprego.

Entretanto, não está no Texas o padrão capaz de romper com o aprofundamento das desigualdades no campo. Para perseguir esse objetivo não é preciso criar estruturas governamentais para realizarem o que as tradicionais já realizaram com insofismável sucesso. Para a lavoura brasileira centrada no modelo texano, os instrumentos de políticas governamentais mais importantes são o câmbio, os juros e a ação comercial contundente buscando acordos bilaterais e multilaterais capazes de reduzir os impactos das políticas protecionistas norte-americanas e europeias na capacidade de ampliação das vendas

externas brasileiras. No plano interno, a securitização de recebíveis para financiamento das safras por venda antecipada e mecanismos consistentes de seguro da renda seriam suficientes para garantir a expansão da produção. Isso porque, mais que as bases criadas pela política de crédito subsidiado nos anos 60s e 70s, na verdade, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do Governo Geisel que internalizou a moderna agroindústria de máquinas e da química agrícola, ao mesmo tempo em que ampliou as bases da agroindústria processadora, completasse o padrão de industrialização da 2ª Revolução Industrial no final dos anos 80s. Dessa maneira o II PND, em termos de reflexos na dinâmica econômica brasileira, foi tão ou mais importante que o Plano de Metas de Juscelino Kubstcheck. As supersafras das décadas de 1980 em diante tem como explicação para a expansão da produção, mesmo na ausência dos subsídios ao crédito rural, a engrenagem das cadeias de produção agroindustriais. O Brasil internalizou esse padrão de desenvolvimento industrial pela ponta, postando-se num patamar de possuir uma das mais competitivas estruturas produtivas mundiais<sup>12</sup>.

### 3 - TERCERIZAÇÃO NO MODELO TEXANO: obtenção de ganhos de escala em lavouras de tamanho médio

Antes de inserir na discussão o que se denomina modelo californiano de lavouras, há que se discutir em que condições o modelo texano, no qual a prevalência da escala, pela generalização da mecanização, determina a área de lavouras e com isso o tamanho das propriedades. Desde logo, há que ser frisada uma diferença fundamental entre os coeficientes técnicos determinadores dos índices de mecanização entre as lavouras norte-americanas e as lavouras brasileiras. Essa diferenciação decorre diretamente das condições climáticas peculiares a cada reali-

<sup>12</sup>Para explicar isso de forma consistente não é necessário recorrer aos modelos desenvolvidos em Harvard (EUA) por Davis & Goldberg no seu trabalho sobre o conceito de *agribusiness* datado de 1957. Basta verificar a análise de Ignácio Rangel, brilhante economista brasileiro que, na sua tese sobre desenvolvimento econômico apresentado à Comissão Econômica para a América Latina, no Chile, em 1954, já propunha analisar a agricultura com base na matriz insumo-produto de Wassily Leontief, demonstrando como as transformações agroindustriais alteram a dinâmica econômica.

dade, o que inclusive determina distintas possibilidades técnicas de rotação de culturas. Nos Estados Unidos, o inverno rígido acaba conduzindo a decisão sobre o tamanho da patrulha de máquinas disponíveis, tomada com base na máxima capacidade de realizar o plantio e a colheita num espaço reduzido de tempo.

Noutras palavras, tanto os períodos de plantio como as épocas de colheita são condicionados pelas variáveis climáticas com grandes amplitudes sazonais com a concentração de operações mecanizadas num curto espaço de tempo, gerando a necessidade de máquinas capazes de obter alto rendimento operacional, permitindo o plantio de toda área planejada. Daí uma imensa frota de mais de 4,6 milhões de tratores, resultando em coeficiente médio dado em ha/trator muito baixo, indicando elevada mecanização. Na realidade brasileira, não apenas os períodos de plantio e colheita são muito mais amplos, como as possibilidades de rotação de culturas são maiores, permitindo que, com coeficientes médios em termos de ha/trator iguais ao triplo do verificado nos EUA, seja possível concretizar padrões de mecanização semelhantes. Essa é uma vantagem competitiva expressiva para a lavoura de grãos e fibras brasileira em relação à concorrente norte-americana, qual seja a depreciação mais eficaz do capital fixo. Com isso, submetidas à regras de livre concorrência plena e a políticas macroeconômicas próximas, livres de protecionismo, para a mesma produtividade das lavouras, a produção brasileira preponderará na disputa nos mercados.

Portanto, não é sem razão que o Brasil, com as conquistas da estabilidade e com as políticas governamentais da metade dos anos 90s em diante, tenha realizado expressivo avanço na produção e inserção mundial nas cadeias de produção de grãos e fibras. Entretanto, se essa é uma vantagem competitiva, há que se compreender que esse mesmo coeficiente favorável de mecanização conduz a uma pressão para áreas de lavoura também muito maiores em tamanho, refletindo-se em propriedades muito maiores, ou seja, essa vantagem representa um estímulo à concentração da terra e praticamente exclui a mesma possibilidade de eficiência para os pequenos e médios lavradores na produção de grãos e fibras. Esse argumento reforça, ainda mais, a preocupação com os resultados da política brasileira desenhada para a agricultura familiar que, ao invés de fortalecê-la, pôde conduzi-la à

ainda maior perda de expressão.

Mas, só a grande propriedade rural é incompatível com a obtenção de ganhos em escala gerando a produção competitiva de grãos e fibras? Do ponto de vista gerencial e agrônomo a resposta é negativa, ou seja, há como desenhar-se propriedades de tamanho médio com elevado padrão de mecanização. Mas, isso só mostra-se possível sob dadas condições estruturais. A escala do empreendimento deriva da estrutura de capital fixo na medida em que o mesmo determina a capacidade de produção. Um trator traçado, os equipamentos e as máquinas complementares já representam um determinante de dado tamanho de lavouras. Para grãos e fibras surge a colhedora que amplia, ainda mais, a dimensão econômica, consistente com o padrão da maquinaria. Pelo bloco de investimento exigido na aquisição dessa maquinaria, com o tamanho da área de lavoura que resulte na depreciação mais eficiente do capital fixo, minimizando o custo médio por unidade de produto, cristaliza-se unidades produtivas com enorme capacidade de lavourar terras, ou seja, torna o padrão próprio para grandes espaços plantados com grãos e fibras.

Essa lavoura de escala produzindo grãos e fibras com elevada produtividade numa realidade de alta composição orgânica do capital, tem ainda duas características fundamentais que impactam de forma decisiva no tamanho do empreendimento. A primeira é que se trata de produtos "rurais" com baixo valor unitário, encaminhados para a agroindústria processadora, com o que as margens unitárias absolutas de rentabilidade dos lavradores são reduzidas exigindo volumes cada vez maiores para aumentar a renda líquida, ou seja, há uma relação direta entre a escala do empreendimento e a renda líquida total obtida. Pela mesma razão, esse equilíbrio, literalmente, sucumbe às "anormalidades" de preços e de clima, com o que falta no Brasil o necessário instrumento de seguro da renda para sustentar a estabilidade desse padrão produtivo. O seguro para esse universo de empreendedores rurais é mais importante que o preço do dinheiro nos mecanismos de crédito e custo financeiro, sendo que esse tende a cair em regimes institucionais que conduzam à maior estabilidade da renda. A segunda, decorre do elevado bloco de investimentos para formar e manter atualizado o capital fixo investido na maquinaria exigindo uma inserção definitiva do empreendedor no sistema finan-

ceiro como gerente de negócios. Essa, talvez, tenha sido a resultante mais importante do crédito subsidiado dos anos 60s e 70s, qual seja a inserção definitiva da produção do campo na lógica do mercado financeiro, criando gerentes de negócios rurais numa ruptura com o velho e ultrapassado padrão agrário focado na reprodução da mercadoria, ou seja, assume-se definitivamente a face da reprodução ampliada do capital, onde o dinheiro é aplicado na produção de mercadorias para, na venda, propiciar a obtenção de mais dinheiro.

Reforçando essas características que, por si mesmas, conduzem à supremacia inexorável da competitividade das grandes lavouras, há que se adicionar outra, integrante da formação cultural, representada pelo apego ao patrimonialismo. As visões dos agentes envolvidos nos denominados conflitos agrários são exatamente iguais no seu sentido patrimonial postando, de um lado, proprietários de terra buscando preservar seu patrimônio fundiário e, de outro lado, os sem terra lutando pelo acesso à terra enquanto patrimônio. Portanto, um elemento cultural de união desses segmentos sociais que se configuram como contendores políticos é a visão patrimonial da terra, sendo pouco representativas as postulações descoladas desse objetivo. Mais ainda, esse apego ao patrimonialismo fundiário acaba sendo reforçado pelo individualismo enquanto valor arraigado de ambos os segmentos sociais fazendo com que, salvo em raras realidades de segmentos sociais com culturas específicas, ocorra a impossibilidade de estruturas comunitárias e/ou coletivas, consistentes num espaço de tempo mais longo. Em síntese, cada indivíduo luta pelo seu patrimônio, tanto os que o detêm defendendo-o, como os que não têm, lutando para ter acesso.

Esse individualismo patrimonial, arraigado nas amplas camadas sociais do campo brasileiro, consiste num obstáculo importante para estruturar-se alternativas menos estimuladoras da concentração da terra para a produção de grãos e fibras no modelo texano. Isso porque a inserção competitiva, num dado processo, só pode ser realizada com sucesso, se executada pela ponta da base técnica. Noutras palavras, da ótica empresarial, a eficiência de dado padrão de capital fixo, determinando elevada composição orgânica do capital e com isso um nível de escala consistente com base em grandes áreas de lavouras, funciona como eficiente “barreira à entra-

da” para novos empreendedores. Essa é a razão pela qual muitos assentamentos fundiários, implantados com assistência técnica adequada, e até com capital fixo adequado, acabam sendo inviabilizados no tempo face ao seu desempenho inferior à média de um padrão agrário que cada vez mais aprofunda sua eficiência gerencial global. Cite-se o exemplo das reportagens recentes enfocando os assentamentos da Fazenda Itamarati<sup>13</sup>, onde alguns conjuntos de sistemas de irrigação por “pivot central” estão sucateados pelo desuso e outros com uso abaixo da potencialidade. As matérias jornalísticas divulgadas colocam que a produção de milho e soja irrigados caiu a um terço daquela obtida na mesma área antes de concretizar-se os assentamentos, e que aproximadamente 277 famílias continuam sem renda tendo, pelo menos, 3 refeições diárias com renda média mensal de R\$330,00/mês. Ademais, para aprofundar a constatação de ineficiência, a reportagem assevera que a energia que move os sistemas de irrigação em uso é paga pelo governo estadual.

A conclusão óbvia, numa leitura da aparência detectada nos indicadores mostrados nas reportagens é pela ineficiência, ineficácia e inefetividade da reforma agrária no modelo de assentamentos fundiários. Mas, é preciso mais que apontar essa constatação, buscando explicação para o fato. É preciso destacar o que é um pivot central e qual a decorrência técnica envolvendo a decisão de adotá-lo como tecnologia. Cada conjunto desse sistema de irrigação giratório irriga 116 hectares e desde logo exige técnicas de manejo de água e solo sofisticadas para

<sup>13</sup>Essas informações estão numa extensa e interessante reportagem de Luiz Maklouf de Carvalho, publicada em O Estado de São Paulo na edição de Domingo, dia 6 de julho de 2003, destacando a crise de sustentabilidade envolvendo a Fazenda Itamarati em Ponta Porã (MS), que teria sido o modelo vendido para o Presidente da República como “modelo eficiente de reforma agrária”, onde uma grande e conhecida estrutura de lavoura moderna foi dividida recebendo 1.143 famílias de assentados numa área de 23 mil hectares que corresponde à metade da fazenda original. Na terça feira, 08 de julho de 2003, o mesmo Jornal volta ao assunto no editorial “o modelo de reforma agrária vendido a Lula”. A diferença dos resultados produtivos entre os 23 mil hectares que foram destinados à “reforma agrária” e os outros 25 mil que continuam sendo propriedade e administração do Itamarati Agropecuária é ressaltada pelo articulista, que chama atenção para o sucateamento de estruturas de “pivot central” destinadas aos assentados. Ressalte-se que ambas as estruturas são bancadas pelo dinheiro público, a empresarial e o assentamento, mas com resultados muito diferentes.



se evitar problemas como a salinização do solo. A própria dimensão de 116 hectares já conduz à necessidade de uso comunitário de cada aparelho pois, a existência de 1.143 famílias assentadas em 23 mil hectares implica numa área média de 20,12 hectares por família, ou seja, quase 6 famílias por conjunto de irrigação. Mais ainda, a eficiência da logística de manutenção implica que os vários conjuntos sejam gerenciados em bloco.

Outra determinante é a unidade de decisão técnica, pois a ocupação dos 116 hectares, de um mesmo conjunto, deve ter planejamento unificado para ser consistente, exigindo, mais uma vez, o desapego ao individualismo patrimonial. Outro ponto é que se trata da produção de milho e soja, ou seja de produtos de baixo valor unitário, com ganhos crescentes à escala e em que a concorrência na realidade brasileira exige elevada eficiência. Aí está o exemplo no qual, face ao individualismo patrimonial arraigado, a estrutura de capital fixo forja uma realidade de inexorável sucateamento dos projetos que não encontraram mecanismos de convivência com os ditames dos ganhos de escala, típicos das lavouras competitivas de grãos e fibras. Assim, tal como vem sendo argumentado neste ensaio, não se trata de um retrato da ineficiência da reforma agrária, mas de uma concepção equivocada de política agrária, pensada como se a questão se resumisse ao mero embate entre os “Davis” e os “Golias” fundiários, bastando jogar pedras certas para derrubar o gigante.

O “pivot central” do porte dos instalados na Fazenda Itamarati, enquanto conjunto de irrigação, definem o tamanho mínimo da lavoura a ser plantada, qual seja, 116 hectares. Nesse padrão de capital fixo, acaba por determinar o mínimo de fragmentação possível enquanto unidade econômica e operacional. Com base nesse perfil de tecnologia e na escolha dos grãos e fibras como atividade econômica a ser implantada, na realidade brasileira, o projeto de assentamento já nasceu com um mal congênito que, se não tratado com esmero, levaria à perda de vigor do empreendimento. Esse problema congênito quase sempre é exacerbado pela cultura do individualismo patrimonial que conduz ao sucateamento da iniciativa. Assim, trata-se de erro de concepção de projeto e não da reforma agrária enquanto processo, pois equívocos de avaliação desse conteúdo também ocorrem em profusão para empreendimentos empresariais mal concebidos e mal dimensionados, ainda que, também

executados às expensas do dinheiro público<sup>14</sup>.

Mais um exemplo, verifique-se o epítio do algodão brasileiro do Planalto Meridional (São Paulo e Paraná), velho modelo de sucesso baseado na pequena e média propriedade e no arrendatário familiar, propalado em artigos científicos de renomados “*brazilianistas agrários*” nos anos 70s como ícone da demonstração cabal da capacidade de uma nação em desenvolvimento em estruturar produção competitiva baseada na ciência agrônômica nacional que, nos anos 90s, sucumbiu à abertura do mercado brasileiro em pleno processo de globalização. Essa então “moderna” cotonicultura, apesar de calcada em coordenação vertical arcaica, entra em crise e praticamente desaparece, exigindo a plenitude da internalização do modelo americano de produção mecanizada do *cotton belt* para fazer ressurgir a produção brasileira. Tem-se aí o mais duro exemplo em que as transformações econômicas fazem a história, na medida em que a agronomia sucumbiu à economia de maneira contundente e arrasadora<sup>15</sup>. Dessas colocações pode-se con-

<sup>14</sup>A própria reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, a despeito da qualidade e seriedade das informações e depoimentos colhidos para a realidade da Fazenda Itamarati, ficou devendo uma coluna sobre o fracasso do mesmo personagem e da mesma empresa, na tentativa da produção de algodão de fibra longa, motivo de divulgação entusiástica da imprensa nos anos 80s, com realce para a importação de material genético egípcio e de máquina de beneficiamento de algodão (algodoeira) dotada de descarocadeira de rolo (própria para algodão de fibra longa) ao invés da tradicional descarocadeira de serras que é a mais usada no algodão nacional. Desde logo, essa aventura financiada com recursos públicos no bojo do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) e do Plano Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA) resultou num rotundo fracasso e, em termos de totais de valores governamentais aplicados, não fica devendo muito aos dispêndios totais com os assentamentos realizados na quase metade da Fazenda Itamarati.

<sup>15</sup>As análises clássicas da escola de economia agrícola norte-americana estão estampadas em inúmeros artigos, dentre os quais destacam-se os de Ayer & Schuh e mesmo as colocações de T. W. Schultz, em excelentes artigos científicos publicados no auge do período de modernização da agropecuária nos anos 60s e 70s, demonstrando que, para aquelas condições, houve a ocorrência de políticas governamentais convergentes de pesquisa e desenvolvimento e de crédito subsidiado. Esses artigos ganharam a dimensão de referências quase lendárias de reconhecimento da competência intelectual e institucional da ciência nacional. Nos anos 90s, a abertura de mercado

com eliminação das barreiras tarifárias ao algodão estrangeiro, associada a “guerra fiscal” destruíram os pilares da “velha cotonicultura moderna” e acabou permitindo a emergência de uma “nova cotonicultura moderna”, reafirmando que, na história do desenvolvimento capitalista, “tudo que parece sólido também se desmancha no ar”.

cluir em síntese que, no modelo de “texano de lavouras” em economias globalizadas, as ineficiências quanto à escala são punidas de forma exemplar com a derrocada econômica.

Não existiria então alternativas para permitir a inserção de lavouras de grãos e fibras no padrão de competitividade atual, incorporando ganhos em escala sem impulsionar a concentração da terra em níveis exacerbados que concentra terra e renda? Do ponto de vista econômico, já que essa questão encontra-se solucionada do ponto de vista agrônomo, trata-se de desenvolver mecanismos de “securitização” do capital fixo da propriedade rural. O que determina a escala no modelo texano de grãos e fibras é a maquinaria que move o processo produtivo, o que na realidade brasileira, pelas vantagens derivadas da possibilidade de obter-se elevado padrão de mecanização constitui-se no elemento determinante da grande área de lavouras. Entenda-se aqui que não se trata de buscar opção de ampliação da área de lavouras para um pequeno ou médio lavrador que tenha acesso à maquinaria mas não tenha terra suficiente. Para esse lavrador o arrendamento, em especial de terras de pastagens impulsionando a integração lavoura-pecuária poderia ser solução, essa opção está disponível mas não deixa de representar a consolidação da grande lavoura de escala enquanto empreendimento individual, ainda que o pagamento da renda da terra seja um custo que aposta contra sua rentabilidade.

Trata-se de forjar mecanismo no qual empreendimentos individuais de áreas de lavouras médias e até pequenas, cultivando grãos e fibras, possam obter ganhos em escala compatíveis com as grandes lavouras competitivas. Descarte-se a opção pela qual pequenos e médios lavradores, detentores de máquinas, possam ser fornecedores permanentes de serviços de mecanização a outros lavradores, nos momentos em que houvesse excedente de capacidade operacional de serviços de máquinas, uma vez que isso se mostra uma solução de alcance limitado para a magnitude exigida pela realidade brasileira. O estímulo à estruturação de empresas prestadoras de serviços de mecanização poderia ser uma opção de políticas governamentais dirigidas para a sustentação do médio (e talvez do pequeno) lavrador de grãos e fibras, conferindo-lhes possibilidades dos ganhos em escala observados nas grandes lavouras empresariais. Esse processo de terceirização da prestação de serviços, formando um conjunto de empresas especializadas

no fornecimento de serviços de mecanização, permitiria isolar o capital fixo do empreendimento de cultivo, com o incremento da contratualização no processo produtivo.

A empresa terceirizada de prestação de serviços poderia usufruir da maior amplitude dos períodos de plantio e de colheita, além da possibilidade de prestar serviços de pulverização seja para controle de ervas daninhas ou seja para controle de pragas e doenças. Com os modernos conjuntos para plantio direto na palha teriam ainda a seu favor a dimensão continental do território brasileiro e, se melhorassem sua estrutura para ganharem mobilidade espacial teriam a seu favor a redução dos impactos da sazonalidade sobre a demanda de serviços. O adequado acompanhamento do andamento da safra, desde os primeiros movimentos de decisão de plantio, permitiria acoplar a oferta de serviços para um arco de grãos e fibras, pois há diferenças na melhor época de semeadura entre essas culturas vegetais em cada região, sendo que algumas podem ter mais de uma safra. Na colheita, existe uma situação similar quando se visualiza a gama de culturas e a amplitude do espaço geográfico brasileiro.

Essa prática de prestação de serviços especializados de mecanização não é novidade na lavoura brasileira de grãos e fibras<sup>16</sup>, existindo de forma ainda pouco desenvolvida em praticamente todas as zonas produtoras desses dois elementos agrícolas, sendo que em algumas regiões esse processo está muito mais avançado. A questão é que a sua potencialidade de expansão é imensa, desde que exista uma decisão governamental direcionada para a formação desse empresário especializado na prestação de serviços de mecanização. Os instrumentos fundamentais para isso estão disponíveis não apenas

<sup>16</sup>Interessante frisar que essa proposta, de certa maneira, está contida numa análise do engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues, que num texto datado do final dos anos 70s, mostrava a sua preocupação com a incapacidade dos pequenos fornecedores de cana de adotarem os padrões tecnológicos vigentes nas usinas e nos grandes fornecedores do complexo sucroalcooleiro paulista. A preocupação do então líder dos fornecedores de cana era com o desaparecimento desses fornecedores numa realidade em que o Estatuto da Lavoura Canavieira havia sido transformado em letra morta pela realidade frente à expansão da cana própria das usinas. Propunha, naquela época, o atual Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a formação de cooperativas de prestação de serviços, centradas, em especial, no fornecimento de serviços de mecanização a seus cooperados, como parte do que denominou o tripé cooperativista de sustentação do fornecedor de cana.

pela existência de uma rede disseminada e interligada de comunicação eletrônica senão, em nível nacional, com certeza em todas as principais zonas produtoras de grãos e fibras brasileiras. Dessa maneira, por exemplo, nas “salas de agonegócios” do Banco do Brasil poderiam ser ofertadas, não apenas informações de mercado, como informações de um sistema de oferta e demanda de serviços de máquinas com acesso a bases municipais, regionais, estaduais e nacionais. Mais ainda, esses sistemas de serviços poderiam ser estimulados a adotarem mecanismos certificadores de qualidade numa ação articulada com organizações da produção (sindicatos, cooperativas, associações) e com as estruturas públicas de suporte aos lavradores como a extensão rural pública e mesmo privada. A democratização de informações dos agromercados e das previsões de plantio e estimativas de safras acopladas a esses sistema redutor dos impactos da exclusão digital no campo formariam expectativas orientadoras das decisões tanto dos prestadores de serviços como de seus lavradores demandantes.

A consistência dessa política governamental estruturadora e reguladora desse mercado de prestação de serviços de mecanização para lavouras de grãos e fibras seria alcançada pela decisão firme de estruturar esse segmento de serviços nos agronegócios brasileiros com o financiamento dirigido para empreendedores que se dispusessem a investir na constituição de empresas, ao mesmo tempo em que os financiamentos de custeio para os lavradores incluiria estímulos à contratação desses serviços com taxas favorecidas de custo do crédito. Aos possíveis críticos que acreditam que com as bênçãos do mercado auto-regulável, a ordem natural das coisas solucionaria o impasse da crise agrária, ou ainda que a medida proposta seria paliativa, como negação da postura passiva como se tudo já estivesse escrito nas estrelas, torna-se relevante apresentar resposta prévia. Aos primeiros é importante lembrar que nada no contexto mundial, em termos de agricultura moderna, emergiu da ordem natural. Todo avanço foi construído com base em estímulos explícitos de políticas governamentais. Aos incrédulos da eficácia da terceirização é relevante salientar que essa possibilidade de acesso aos ganhos em escala, pela formação de inúmeras e eficientes prestadoras de serviços de mecanização, representa uma solução adotada nas plantações de cana da Austrália, uma nação produtora de açúcar das mais compe-

titivas no cenário mundial. No Brasil, essa alternativa de política agrária, no mínimo, poderia ser muito mais consistente que as últimas propostas de plano de safra que vêm sendo adotadas para a agricultura familiar de grãos e fibras, reproduzidas como mero decalque daquelas formuladas para a agricultura empresarial.

#### **4 - MODELO CALIFORNIANO: renda e emprego em lavouras familiares produtoras de qualidade**

A produção de qualidade corresponde a característica fundante do modelo californiano<sup>17</sup>, na medida em que estruturalmente consiste na diferenciação de produtos na propriedade rural. Isso não significa que no modelo texano não esteja presente a exigência de qualidade, apenas que a lavoura de escala prioriza a uniformidade em grandes volumes que conduza à ganhos de rendimento agroindustrial. Enquanto bens intermediários a serem manipulados na definição de produtos finais, mesmo os produtos destinados à alimentação humana como os sucos cítricos, resultam de formulações estruturadas a partir de *blends* em cujas composições, na maioria das vezes, são usadas ingredientes de várias origens como é o caso dos sucos cítricos brasileiros e sul-africanos em parcela dos produtos finais para consumo na Europa. Para produtos finais indiferenciados como a ração animal, e mesmo o óleo vegetal, cujas diferenças estão na qualidade do processo agroindustrial ou na formulação, como as margarinas, tanto o milho como a soja utilizados são grãos indiferenciados.

No modelo californiano, a diferenciação pela qualidade é um elemento inerente e determinante do processo biológico de produção rural, com essa característica intrínseca do produto

<sup>17</sup>Denomina-se aqui modelo californiano o processo de produção de lavouras com base na diferenciação de qualidade para homenagear Josué de Castro, o brasileiro símbolo da luta contra a fome, referência mundial na discussão desse tema nos anos 50s e 60s, que de forma pioneira, destacou a especificidade da agricultura da Califórnia no contexto da agricultura norte-americana destacando sua diferença em relação ao Meio Oeste, no seu clássico Geografia da Fome, publicado na primeira metade dos anos 50s. Erroneamente costuma-se atribuir esse nome à regiões de agricultura moderna e rica, como muitos chamam a Região de Ribeirão Preto em São Paulo de a Califórnia Brasileira, que pela sua característica estrutural, tanto na cana como na laranja está mais para o Texas ou Flórida que para a Califórnia.

acompanhando toda a cadeia de produção da roça à mesa do consumidor. Um elemento fundamental da definição da qualidade está na própria decisão de escolha do material genético, que define tanto características intrínsecas, sabor e coloração como extrínsecas, época de colheita (que determina a sazonalidade) e formato do fruto. A manifestação plena dessas características, além de submetidas a determinantes edafo-climáticos, está associada às técnicas culturais praticadas pelo lavrador. Os determinantes edafo-climáticos podem ser corrigidos, mas dificilmente alterados na sua essência e, ainda que tenham sido obtidos avanços expressivos no controle de variáveis naturais, são eles que definem vantagens de origem expressivas para produtos de determinadas regiões. Isso não significa uma atitude passiva diante de limites naturais, ao contrário, significa superar algumas variáveis limitantes como o uso de irrigação e adubação controlada para produção de frutas frescas em climas desérticos, para obter a manifestação dos efeitos benéficos de outras variáveis. As técnicas culturais também afetam diretamente a qualidade, como o diferencial entre métodos de colheita de café influenciam diretamente a qualidade da bebida. Para essas variáveis intrínsecas não há processo de transformação posterior capaz de alterar a condição essencial do produto colhido.

Outro aspecto do impacto da qualidade na definição de elementos importantes dessas cadeias de produção está no contínuo apelo à busca da oferta de produtos diferenciados na origem, ou seja, em cujos processos de beneficiamento no pós-colheita é destacado, como característica altamente valorizada pelo consumidor, o fato de que o produto já nasce sob a égide da seleção rigorosa, de que emerge da planta como produto diferenciado e que esses elementos se mantêm até chegar ao consumidor<sup>18</sup>. Esse pro-

<sup>18</sup>A primeira diferenciação que deve ser destacada é que esses produtos ou mantêm-se sem processamento algum até seu consumo, como no caso das frutas e olerícolas, ou são submetidos a processamentos muito especiais que destacam elementos como sabor e aroma, como seria o exemplo da torrefação de cafés especiais. Assim, a busca da diferenciação de produtos pela qualidade é a regra que permeia toda a cadeia de produção, o que é radicalmente distinto do processo exigente de uniformidade como ocorre no caso das *commodities*. Outra distinção fundamental a ser feita, que tem originado muita confusão em análises sobre esse processo de diferenciação, corresponde ao fato de que produtos diferenciados na origem, submetidos a processos de produção e pós-colheita que mantêm suas características intrínsecas de qualidade, não podem ser tomados como sinônimos de produtos orgânicos, que se

cessos em que se busca preservar no produto a essência das características intrínsecas presentes no produto rural confere especificidade à organização nesse elo da cadeia de produção e reflete-se na própria estrutura de coordenação vertical que deve ser compatível com a harmonia exigida nesse processo<sup>19</sup>. Na produção de *com-*

---

caracterizam pelo uso de técnicas de produção diferenciadas, sem uso de agroquímicos por exemplo, mas que não necessariamente significa que sejam produtos diferenciados na origem quando colocados à disposição do consumidor. O produto orgânico é um produto diferente porque é obtido por processo de produção específico, mas não é necessariamente um produto diferenciado na origem, nem é o único modelo de diferenciação de produtos nas lavouras. Uma *commodity* pode ser um produto orgânico com certificação para tal, em escala agroindustrial, como a produção de açúcar orgânico em larga escala. Assim a produção orgânica pode ser realizada dentro da lógica da grande lavoura de escala, por se referir a processos específicos de produção submetidos a alguns preceitos agrônômicos, mas que nem por isso representam um limite do ponto de vista da qualidade intrínseca de diferenciação de produtos, podendo obter-se a uniformidade típica de *commodity* na produção orgânica. Desse modo, a produção orgânica não representa uma ruptura com a essência estruturadora da grande lavoura capitalista, podendo ser absorvida pelo processo.

<sup>19</sup> Talvez o exemplo mais contundente dessa distinção que aqui se pretende fazer entre produtos orgânicos e produtos diferenciados na origem seja o da produção de açúcar em São Paulo que, ao internalizar de forma plena as bandeiras das reivindicações dos movimentos ecológicos, vem demonstrando nas últimas décadas, como uma monocultura pode adaptar-se de forma progressiva às exigências ambientais, na medida em que resolveu a ameaça do desastre da vinhaça, reciclada como fertilizante importante na própria produção de cana, pelo realização da maior experiência de controle biológico do mundo, no caso da broca da cana controlada por microhimenóptero (mosquinha como inimigo natural), pela intensificação do cultivo mínimo como plantio direto na palha, pela reciclagem do bagaço para co-geração de energia, pelo uso da ponta de cana e da levedura de fundo de dorna na alimentação de bovinos confinados, pelo plantio de alimentos nas áreas de renovação da cana, pelo aumento sistemático do número de cortes da mesma cana, planta que era de 3 no final dos anos 60s, atualmente é de 8 em média (existem talhões com até 14 cortes). Esse processo vai ser aprofundado pela colheita mecânica que irá reduzir a poluição das queimadas que infestam as regiões canavieiras paulistas de maio a novembro. Tudo isso com mais que o dobro da produtividade por unidade de área, crescente de 38t/hectare para mais de 80t/hectare, com maior teor de sacarose e estupendo crescimento do rendimento agroindustrial. Mas existe a outra face, o menor uso de mão de obra e a exigência de pessoal com qualificação cada vez maior gerando uma barreira à entrada e frustrando as oportunidades da imensa massa da população que está à margem do sistema educacional. Assim, o açúcar orgânico converte-se em um elemento do portfólio de produtos ofertados pela grande agroindústria, organizada com base na grande lavoura de escala. Noutras palavras, um produto diferenciado na origem pode ser também, mas não necessariamente, um produto orgânico e, um produto orgânico, mesmo sendo um produto diferenciado na origem, pode ser, também, um produto de lavouras de escala. Em

*modities*, a exigência de uniformidade da matéria prima é condição determinante do rendimento agroindustrial, sendo os custos, por unidade, definidos pela produtividade por unidade de área.

Na produção de produtos diferenciados na origem, desde logo rompe-se com a uniformidade como fator limitante, uma vez que definido o padrão um elemento fundamental é exatamente ampliar a singularidade não apenas com maior porcentagem de produtos de padrões superiores (e não médios), pois há diferenciação de preços derivados dos graus de excelência dos produtos. De outro lado, há que se compor uma cesta de produtos, qual seja, mesmo sendo uma mesma mercadoria como fruta, na verdade têm-se frutas, pois numa mesma espécie, para vários períodos do ano, tem-se variedades diferentes que têm características intrínsecas distintas. Isso pode ser visto nos diferentes cultivares de tangerinas, uns mais precoces, outros mais tardios do ponto de vista da sazonalidade, mas com sabores e aromas diferenciados. Essa diversidade enriquece a cesta de frutas ofertada, contrastando com a pobreza varietal da uniformidade, que inclusive, teria concentração sazonal inadequada.

Por outro lado, não há apenas uma fruta, ou seja, apenas uma espécie de frutas, uma vez que a qualidade da cesta de frutas está exatamente relacionada com a diversidade de espécies na mesma época e em épocas distintas de um mesmo ano. Assim, ao lado das tangerinas deve-se destacar as bananas, as maçãs, as uvas e os pêssegos. Verifique-se que para uma *commodity* o correto é referir-se à soja, oleaginosa genérica, mas para as frutas, enquanto produtos diferenciados na origem, o correto é referir-se no plural, ou seja, não existe a uva, mas as uvas, pois, mesmo nos dois grandes grupos em que se costuma dividir as variedades dessa fruta, há diferenciações, como a uva comum, na mesma variedade a Niagara, tem-se a rosada e a não rosada, e nas uvas finas, uma imensa amplitude como a uva Itália e a uva Rubi, com colorações diferentes. Mais ainda, há a uva sem semente e a uva com semente. Logo, na produção diferenciada na origem, o elemento que determina o processo produtivo é a obtenção de qualidade superior na diversidade de produtos<sup>20</sup>.

---

síntese, o fato do produto ser orgânico não significa, necessariamente, que o mesmo constitua um produto que não é oriundo das grandes lavouras de escala.

<sup>20</sup>Definições similares poderiam ser feitas para as olerícolas e as flores que, para cada espécie, poderia ser desen-

Outra característica fundante dessa lavoura de produtos diferenciados na origem está a intensificação do uso do solo. Seja, desde logo, realçado que os formidáveis ganhos de produtividade dos plantios nacionais de grãos e fibras representam significativo incremento na intensidade do uso do solo, em especial nos manejos rotacionados de mais de uma lavoura anual. Há que se reconhecer de fato esse estupendo avanço da lavoura brasileira. Entretanto, a intensificação do uso do solo na lavoura de produtos diferenciados na origem é mais radical e apresenta especificidades muito acentuadas. De um lado, na sua maioria, ou são lavouras perenes como as frutas e o café, ou são necessárias estruturas físicas perenes, compostas de estufas, irrigação por gotejamento, canteiros, canais de drenagem, para lavouras intensivas com sucessivas safras anuais como as olerícolas e as flores. Essa perenidade estrutural, por si mesma, configura um elemento diferenciador da coordenação vertical pois, a decisão de investimento e de plantio não pode ser alterada em conteúdo e em dimensão por um período largo de tempo. Isso ao contrário de um lavrador de *commodities*, cuja estrutura produtiva e de capital fixo não apenas permite intercambiar entre grãos e fibras distintos em função das expectativas dos agromercados, como alterar de forma expressiva a dimensão da área cultivada total em cada ano.

Nas lavouras produtoras de *commodities* em escala, os períodos de ajustes são anuais o que permite reversibilidade de decisões em períodos mais curtos, ainda que dentro de cada safra essa decisão seja concentrada em dado período e torna-se irreversível até o final do mesmo. Nas lavouras diferenciadas na origem, não há espaço para a decisão de reversibilidade, sem grandes prejuízos, em períodos menores que 5 a 10 anos, dependendo da lavoura. Exatamente por isso, por não permitirem a reversibilidade da decisão de plantio a cada safra, é que estruturalmente não há como organizar as cadeias de pro-

---

volvida argumentação mostrando como a qualidade intrínseca diferenciam variedades da mesma espécie e como a riqueza das respectivas cestas derivam exatamente da diversidade de espécies ofertadas em cada época do ano. Uma salada qualitativamente rica decorre exatamente da diversidade de verduras e legumes que a compõe, ao mesmo tempo em que arranjos de flores com beleza singular utilizam mais de uma espécie de flor e plantas ornamentais, para com figurar uma obra de arte singular, pois cada arranjo é um determinado arranjo e, ainda que possam guardar semelhanças entre ambos ou vários, é possível ao consumidor escolher.

dução dessas lavouras, de forma sustentável no tempo, com os mecanismos de coordenação vertical das cadeias de produção realizados em mercado aberto, tal como no modelo das *commodities*. Nessas cadeias, a contratualização é um elemento estratégico para o sucesso de médio e longo prazos da inserção competitiva. Assim, não apenas trabalham com produtos perecíveis, o que define a exigência de rapidez no escoamento e consumo, como com produtos de alto valor agregado, refletindo-se em enormes magnitudes das perdas se não houver realizado esse consumo em tempo hábil. E são perdas de monta e irreversíveis.

Aprofundando, ainda, a distinção dessas lavouras de qualidade em relação às lavouras de escala, em termos de intensificação do uso do solo, há que se destacar a verticalização radical do uso do solo por plantios adensados. Os adensamentos de plantios de frutas e cafés são técnicas amplamente dominadas nas diversas regiões dos agronegócios brasileiros, com cafezais que, no limite, atingem até 10 mil plantas por hectare, ou seja, em média 1 planta por metro quadrado. Não há necessidade de imaginação fértil, mesmo para aqueles impregnados de cultura essencialmente urbana, para entender que uma planta de café por metro quadrado (na verdade uma árvore com saia aberta) produz reduzido espaço entre plantas e, com isso, as máquinas que podem transitar de forma livre nesse espaço são aquelas movidas a força humana, em especial na colheita. Assim, desde logo, há um limite natural que condiciona a mecanização de processos. Mais ainda, na colheita, nem todos os frutos ficam maduros ao mesmo tempo, o que exige a colheita fruto a fruto no tempo determinado pela fisiologia da planta, retirando-se em cada "panha" aqueles frutos que atingiram o ponto de maturação, deixando para as próximas aqueles ainda "verdes". E não se trata de submeter o fruto ao processo de violenta movimentação física na colheita e transporte com máquinas, como no caso das frutas, e nem em contato com o solo, como no caso do café de qualidade que é colhido sem derriça no pano. Por tudo isso, não apenas a lavoura de produtos diferenciados na origem é mais intensiva em mão-de-obra, como exige mão-de-obra treinada e parte fundamental dela permanente, o que conduz à menor relação capital-trabalho, gerando mais emprego por unidade de área e emprego com maior qualificação, e conseqüente maior remuneração e qualidade de

vida.

A argumentação até aqui centrada nas lavouras, pode dar a entender que na pecuária essa questão não esteja posta. Entretanto, pode-se fazer a construção de uma argumentação de similar profundidade e conteúdo com base nos conceitos de criação intensiva e criação extensiva<sup>21</sup>. Na produção do denominado "boi verde", enquanto animal herbívoro que transforma pasto em carne (ou leite), tanto na sua versão do sistema de produção orgânico como no sistema de produção tradicional, ambos a pasto, ainda que possam ser incrementados os indicadores de animais por unidade de área, trata-se de criatório extensivo a pasto, sem a adoção de processos de confinamento em todas as etapas produtivas. Esses criatórios envolvendo a cria, recria e engorda, permitem diversas possibilidades de combinação sendo a cria e a recria essencialmente a pasto, e apenas a engorda com a alternativa de realizá-la com animais a pasto ou confinados. Nos sistemas a pasto, que são inexoráveis na pecuária competitiva brasileira, a própria baixa dimensão da renda líquida por hectare que define a capacidade de reprodução das famílias pecuaristas já conduz à necessidade de fazendas médias ou grandes para que garantam padrões de vida compatíveis com a qualidade de vida urbana<sup>22</sup>.

<sup>21</sup>Desde logo, deve-se evitar confusão e equívocos sérios derivados da interpretação ideológica do uso dos conceitos de intensivo e extensivo na produção animal. Na verdade, a presença de criação extensiva, em hipótese alguma, pode ser tomada como prova de que a propriedade que a pratica é uma propriedade improdutivo. Aliás, pecuária brasileira a pasto vem acumulando excepcional incremento de produtividade e de qualidade nas últimas décadas. A diferenciação aqui feita entre criação extensiva e intensiva, é que na primeira tem-se a plenitude da criação a pasto e na segunda da criação confinada em granjas, a primeira menos verticalizada no uso do solo e a segunda com elevada verticalidade do uso do solo. Para efeito de argumentação utiliza-se os sistemas de produção puros, extensivos a pasto e granjas intensivas, embora existam experiências intermediárias. A discussão quanto a propriedade ser produtiva não se relaciona com seu sistema de criação e, se é verdade que a criação intensiva necessariamente produz coeficientes, levados uso do solo, que a configuram como propriedade produtiva, é pertinente dizer que uma propriedade de criação extensiva de bovídeos a pasto, tem todas as condições de praticar coeficientes que a configurem como propriedade produtiva. E na pecuária bovina paulista, por exemplo, com seu rebanho de 14 milhões de animais para uma área de pastagem de 10,5 milhões de hectares, na média, não há como identificar improdutividade na criação bovina. Ela ocorre como exceção, não como regra.

<sup>22</sup>Para o leite, a logística de pós-ordenha determina uma escala mínima para os criatórios, em torno de 500 litros dia para ordenhas mecânicas seguidas de resfriamento,

A pecuária intensiva pode ser pensada em termos das granjas avícolas e suínícolas, principalmente as de corte que podem cumprir papel similar ao das frutas e olerícolas nas lavouras. Estruturalmente, os ganhos em escala são determinados pelos “integradores”, em especial no que diz respeito à genética animal e à ração. A construção da estrutura das granjas pode ser uma barreira à entrada relevante, e existem granjas com elevado grau de automação. Entretanto, é possível conceber um conjunto de granjas de tamanho médio, mesmo que intensamente automatizadas, trabalhando mediante contratos com as estruturas frigoríficas de integração. Essa é uma prática corrente no complexo avícola brasileiro e, granjas avícolas (e mesmo suínícolas) sendo estruturas intensivas quanto ao uso do solo e ocupam propriedades de dimensões pequenas<sup>23</sup>. Desse modo, diferenciam-se do modelo da pecuária bovina exatamente por gerarem mais renda e emprego por unidade de área, embora ambas cumpram a função social da propriedade.

As estruturas rurais produtoras de produtos de qualidade diferenciada na origem, por

---

com o que se reduz o custo do transporte para as usinas de beneficiamento, realizado em dias intercalados. A intensificação da genética do rebanho com animais de maior produção diária em pequenas propriedades, por outro lado, leva à necessidade de produção de capineiras e à compra de maior volume de insumos para arraçoamento. Dessa maneira, há sempre a definição da escala mínima para viabilidade da produção leiteira, a não ser que se agregue valor com produção de lácteos artesanais. De qualquer maneira, face ao fluxo de renda diária pela venda do produto, que confere maior liquidez ao leite em relação à carne, definidos os parâmetros da escala econômica na produção rural e os níveis de logística adequados, do ponto de vista da rentabilidade econômica compatível com os padrões de vida atualmente possíveis para o brasileiro de classe média, propriedades especializadas em criatórios de bovinos leiteiros tendem a ter dimensão necessária de 4 a 5 vezes menor que a com criatórios de bovinos de corte. O próprio ritmo diferenciado dos fluxos da entrada de renda já definem essa distinção, sendo um diário, e no máximo mensal e o outro irregular, com tendência a anual.

<sup>23</sup>As granjas avícolas e suínícolas tendem em dimensão e estrutura de integração e intensidade de uso do solo, a serem organizadas de forma similar às lavouras de cultivo protegido em estufas, cuja rentabilidade e sucesso econômico estão condicionados pelo planejamento da produção, definido com base nos contratos de venda antecipada, uma vez que qualquer disfunção nesse sistema, aí sim desenhado como uma linha de produção biológica nos moldes da agroindústria, pode acarretar enormes perdas em termos de desperdícios de recursos e de perdas de volume produzido final. Tanto na pecuária como na lavoura, em geral, o conceito de orgânico não correlaciona-se com o conceito de escala de produção no sentido de determinar o tamanho do empreendimento, podendo haver pequenas e imensas produções orgânicas eficientes.

consequente, podem ser viáveis em empreendimentos de tamanho pequeno e médio, a depender da padrão de renda líquida que se pretenda obter na atividade econômica das lavouras ou das criações, ou das produções mistas de ambas na mesma propriedade rural. Em síntese, a busca da qualidade determina a possibilidade de alta eficiência em empreendimentos com escala compatível com a pequena e média propriedade. Ainda que similares, é forçoso reconhecer que nas lavouras de frutas frescas, flores, olerícolas e café esse fato é mais determinante que nas criações em granjas automatizadas. Ressalte-se que há possibilidade de sucesso de grandes empreendimentos nessas cadeias de produção, mas eles, ainda assim, teriam o condão de multiplicar o emprego em níveis muito superiores às lavouras e às criações, das produções em escala. Os ganhos em escala, nessas cadeias de produção de qualidade, realizada na origem, se dão de forma nítida no elo de pós-colheita ou de pós-engorda, em associação com aqueles que se obtêm escala na preparação e fornecimento dos insumos (biológicos ou agroquímicos), da maquinaria e dos equipamentos.

A concepção de cadeia de produção permite visualizar no espaço da territorialidade unificada rururbana (rural e urbana ou campo e cidade cuja distinção perdeu sentido econômico relevante), como se configuram as “linhas de montagem dos produtos finais”. Desde os anos 60s, as análises dos fluxos de comercialização da economia agrícola tradicional apresentavam esse processo com base no que se pode denominar “modelo do carretel”, no qual de um lado se postam uma imensa gama de agropecuaristas dispersos que ofertam seus produtos a estruturas de atacado que se concentram progressivamente para, a partir de determinado ponto, retomar a desconcentração do produto com a maior amplitude da rede varejista e atingir na outra ponta, uma imensa gama de agentes, agora de consumidores dispersos. Esse entendimento não foge muito das configurações atuais, dependendo do desenho de cada estrutura de mercado. Entretanto, alteraram-se de forma drástica as características e os perfis dos agentes envolvidos. Surge a grande agroindústria processadora, a agroindústria de alimentos e as grandes redes de supermercados, ou seja, emerge a grande empresa, enquanto oligopsônio na compra e oligopólios na venda, onde poucos compram de muitos e vendem para poucos, mas que no final, têm que atin-

gir a muitos. Exatamente aí está a novidade vital da moderna estrutura de mercado das cadeias de produção dos agronegócios, os supermercados, que só sobrevivem com amplos segmentos de consumidores fidelizados, passando a ser o elemento crucial na “democratização” dessas estruturas de negócios.

Em outras palavras, tendo sido eliminados da maioria das cadeias de produção as figuras deletérias dos “atravessadores” que exploravam os agropecuaristas, entendidos como “caipiras” indefesos do sertão brasileiro, tal como denunciava o famoso Relatório Klein & Sacks na metade dos anos 50s, há atualmente a vigência da “ditadura do consumidor”<sup>24</sup>. Além disso, as oportunidades de negócios são amplificadas pela “democratização das transações” pela revolução das comunicações que forjaram os pilares definitivos do mercado nacional globalizado, com possibilidades múltiplas de fontes de abastecimento de vários produtos<sup>25</sup>. Nessa nova estrutura de mercado, pela força dos supermercados, o consumidor expressa-se como agente importante na

definição dos padrões de preço e de qualidade nos agromercados. E esses mesmos supermercados acabam tornando-se poderosos oligopsonios que, para reduzirem seus custos de transação, operam com marcas próprias e acordos de compra submetendo as estruturas agroindustriais que, no efeito dominó do ajuste para trás, acaba irradiando esses padrões de preços e de qualidade ao universo de agropecuaristas.

Essa revolução na estrutura de mercados e no processo de formação de preços, principalmente no caso de produtos perecíveis, acabam gerando a constituição da grande empresa no segundo elo das cadeias de produção em diante. As lavouras e criações de produtos diferenciados na origem enquadram-se nesse desenho, com os ganhos em escala concentrando-se no segundo elo da cadeia de produção em diante. A primeira razão está na necessidade de gerenciar o fenômeno da complementaridade das épocas de colheita, que para manter volumes médios mensais com baixa amplitude de variação sazonal, exige empresa com capilaridade capaz de fazê-la presente em várias zonas de produção complementares na oferta de dada espécie. A segunda razão está no fato de que as quantidades individuais, mesmo se de um grande agropecuarista, nunca será suficiente para atender o tamanho da demanda do porte de redes de supermercados. A terceira razão está na otimização da logística de pós-colheita (*packing houses*, armazenagem e transportes com temperatura e atmosfera controlada no caso das frutas e olerícolas). No conjunto, essas razões convergem para a redução dos custos de logística e dos custos de transação, que impactam para baixo o preço final da unidade adquirida na gôndola dos supermercados.

A constituição das modernas cadeias de produção de qualidade diferenciadas na origem ainda não apresentou no Brasil a plenitude do desenvolvimento setorial. Dessa maneira, no capitalismo tardio brasileiro e nos agronegócios esse processo caracteriza-se como de desenvolvimento incompleto, tendo internalizado o padrão da 2ª Revolução Industrial nos fins da década de 1970 e virada dos anos 80s apenas para as cadeias agroindustriais das “*commodities*”, próprio do modelo texano de agricultura. Esse viés industrialista da linha de montagem tem, inclusive, prejudicado experiências importantes para a implantação de núcleos de excelência do modelo californiano de agricultura. Os padrões estruturais

<sup>24</sup>Interessante lembrar que Ignácio Rangel, no seu clássico *Inflação Brasileira*, no início dos anos 60s, já asseverava que o processo de desenvolvimento econômico iria revolucionar a estrutura de mercados, eliminando de forma definitiva a dicotomia da formação de preços à época existente entre os preços dos produtos brasileiros com relevante importância do mercado internacional na formação de preços e entre aqueles em que o movimento dos preços é determinada totalmente no mercado interno. Dessa análise emergiu nos anos 80s uma ampla literatura em torno da divisão dos produtos da agricultura entre exportáveis e domésticos, que sustentou anos de debate, mas que atualmente está simplesmente esquecida, pois foi tornada irrelevante no processo de desenvolvimento. Esse paradigma superado no plano teórico, se é que teve consistência, a não ser empírica, talvez nunca entendida a contento, às vezes retorna de forma implícita em alguns argumentos de que a oferta de alimentos é insuficiente e às margens de comercialização exageradas, quando isso, se detectado no plano empírico, mostra apenas o estado arcaico da estrutura de mercado em questão.

<sup>25</sup>Exemplo mais marcante dessa integração do mercado brasileiro, enquanto um amplo mercado nacional de dimensões continentais, está na cadeia de produção de um alimento básico, o feijão, que pela complementaridade de safras é produzido praticamente o ano inteiro. Assim, acabou-se o velho dilema entre o feijão velho e o feijão novo, sendo que o ano todo tem-se feijão novo nas gôndolas dos supermercados paulistanos, oriundos em cada época de distintas regiões produtoras brasileiras. Esse aspecto é relevante para conformar o equívoco dos que propugnam as políticas de erradicação da fome, o Programa Fome Zero, como uma ação de estímulo à produção. Essa ação tem sentido em comunidades localizadas do Nordeste e da Amazônia, mas nenhum sentido para a esmagadora maioria dos excluídos das cidades. Ainda no Nordeste e na Amazônia, o abastecimento desse alimento não pode deixar de levar em conta a complementaridade das safras.



são outros, como também são distintos os padrões institucionais tanto no plano privado como no plano público. Desde logo, nessas cadeias de produção de qualidade diferenciada na origem, a sustentabilidade exige mecanismos de coordenação vertical que reduzam drasticamente as instabilidades de mercado, logo não há espaço para o florescimento pujante desse segmento produtivo vital com base na regulação a mercado. Essas cadeias de produção operam em *just in time* com colheita e consumo ajustando-se de forma instantânea em tempo real, dada a dificuldade de estoques expressivos para todas as espécies<sup>26</sup>.

Por outro lado, numa situação na qual a grande vantagem competitiva a ser construída deriva da territorialidade inerente a uma economia continental, com diversidade de zonas de produção e riqueza de espécies ofertadas, a regulação da qualidade constitui-se num papel indelegável do Estado. Além disso, também reforça o papel regulador do Estado à necessidade de estabelecer legislação competente, bem como da fiscalização eficaz para garantir a prevalência de boas práticas comerciais em transações com perecíveis envolvendo oligopsônios poderosos, relacionando-se com uma base de lavradores dispersos em zonas de produção distantes umas das outras. Para aumentar a instabilidade, na maioria das vezes, o mecanismo de venda que prevalece nessas transações é o da venda em consignação, inclusive nas exportações, como é o caso das frutas e olerícolas. Sem regulação das boas práticas de comércio e rígida fiscalização, esse sistema de transação pode gerar perdas significativas para o elo mais fraco, os fruticultores e olericultores. Dessa maneira, não há a mínima

<sup>26</sup>Interessante lembrar um aspecto da estrutura de mercado mundial de frutas frescas. Mais de dois terços da transações relevantes concentram-se em 4 frutas: banana, laranjas (de chupar incluindo tangerinas), maçã e uva. Todas podem ser produzidas com enorme sucesso no Brasil, mas em nenhuma delas o Brasil tem papel relevante. O Brasil é apenas o maior produtor mundial de sucos cítricos e, se é verdade que de cada 10 copos de suco cítrico consumido no mundo 5 vem de pomares brasileiros, para exportar o suco cítrico nacional, obtendo pouco mais de US\$1,2 bilhão anuais, colhe-se safras em torno de 18 milhões de toneladas de laranjas. Já o maior exportador de produtos cítricos do mundo, a Espanha, colhe algo em torno de 9 milhões de toneladas de tangerinas e obtém cerca de US\$2,4 bilhões nessas exportações. Mais um aspecto, esse mercado internacional de frutas frescas é dominado por 4 grandes empresas transnacionais, que se abastecem em diversos países, utilizando-se da complementaridade hemisférica para estruturarem estratégias de abastecimento em escala mundial, além de dominarem toda logística das cadeias de produção.

possibilidade de estruturação de um segmento de cadeias de produção dessas mercadorias com base na visão estreita de mercado auto-regulável. Também, não há espaço para ações calcadas na prática do velho Estado produtor. Há que se erguer essa institucionalidade como elemento alavancador da geração de emprego e renda nos agronegócios brasileiros, pois nesse aspecto o Brasil engatinha e vive o sonho de um dia ser como o Chile, quando seu desejo é mais compatível com a pujança da Califórnia.

As lavouras de produtos diferenciados na origem correspondem a estruturas de produção que floresceram em economias nacionais que atingiram elevado desenvolvimento humano que, em síntese, correspondem às sociedades que, nos seus respectivos processos de transformação, ergueram economias de altos salários. Essa é a realidade vivida nas economias capitalistas desenvolvidas. Muito se tem escrito sobre as políticas protecionistas das “nações” capitalistas que são potências econômicas industriais e agroindustriais como os Estados Unidos da América e a União Européia. Debate-se o alto nível de subsídio inerente a essas políticas que não se restringem à proteção do produto nacional nos respectivos mercados ao subsidiarem a venda externa desses produtos, mas pouco se tem dado atenção à realidade de seus consumidores. Pelo sucesso dessas políticas há excesso de oferta para um consumidor já satisfeito de suas necessidades vitais, abastecido na plenitude por derivados de *commodities*. Para o padrão de renda desse consumidor a parcela de dispêndios do orçamento familiar com a alimentação básica é reduzida, e estando satisfeito no fundamental, busca algo mais, sofisticando hábitos de consumo com exigências cada vez maiores de padrões de qualidade mais rígidos. As imagens da África e mesmo de algumas regiões européias do antigo Leste Europeu não têm a ver com a realidade do consumidor da Europa Comunitária, e são exatamente esses, juntos com os norte-americanos, os maiores compradores mundiais. Mesmo nas oportunidades que se abrem no Oriente Médio e Sudeste Asiático, nas nações emergentes sem agricultura relevante, a diferenciação pela qualidade é condição de sucesso na busca de inserção competitiva.

Assim, essa agricultura de produtos diferenciados na origem realmente pode ser construída no Brasil com base em pequenas e médias propriedades intensivas no uso do solo. Entretanto,

to, não há qualquer possibilidade de sucesso do mero transplante do modelo da agricultura de *commodities*. Trata-se de outra agricultura, baseada não na máquina, mas no homem, pois o capital intelectual é o mais importante capital produtivo, não sendo o capital fixo que determina sua sustentabilidade econômica. Para realizá-la há que proliferar um amplo segmento de lavradores profissionais com alta capacidade de apreensão da relação água, solo e planta, fundamental na configuração da excelência na produção de qualidade intrínseca. Mais ainda, esse capital intelectual de qualificação, também diferenciada com orientação convergente na dedicação ao negócio, realizará tratos culturais com o esmero do tratamento planta a planta para não dizer fruta a fruta. Essa é a face inexistente como padrão generalizado na lavoura brasileira, que envolveria as frutas frescas, olerícolas frescas, flores e os cafés especiais, dentre outras cadeias de produção. A política cafeeira brasileira, por exemplo, com a pujança de uma nação que ocupa, ainda, um quarto do mercado mundial, deveria estar totalmente voltada para a concretização de uma cafeicultura familiar de qualidade. Somente essa revisão na política cafeeira teria impactos estruturais mais pronunciados que todas as políticas de assentamento de fortalecimento da agricultura familiar realizadas nos últimos anos.

Na busca de um padrão agrário menos excludente, do ponto de vista social, essa é a prioridade nacional latente. Decerto não resolve a questão social dos atuais "excluídos do campo", integrantes dos atuais "sem terra", mas talvez, numa visão estrutural de médio prazo pudesse ser solução para seus filhos. A questão fundamental nesse debate, na maioria das vezes, tem sido colocada em um segundo plano, qual seja, os níveis de exclusão do campo e das cidades configuram um amplo contingente de pessoas colocadas à margem dos benefícios do desenvolvimento que atingiu padrão elevado para segmentos expressivos da sociedade brasileira. E a inserção nesse padrão faz-se pela ponta, ou seja, pelo patamar mais elevado da base técnica e não pela sua base inferior. As tentativas de reprodução do modelo de grãos e fibras nos assentamentos rurais correspondem, salvo exceções, em fracassos anunciados. As políticas públicas para a construção da agricultura com menores indicadores de concentração de terra e de renda no campo, para serem efetivas, devem aprofundar o desenvolvimento dos agronegócios, internalizan-

do a produção de qualidade diferenciada na origem. Assim, estará gestando efetivamente a nova classe média rural buscada como base de um novo padrão agrário, intenso na geração de trabalho e de renda.

Afinal, como são as transformações econômicas que movem a história, é a escala que determina a estrutura de produção e não a estrutura de produção que determina a escala. O Estado brasileiro atuou de forma decisiva na construção dos modernos agronegócios de grãos e fibras, sendo essa a face do sucesso inequívoco das políticas agrícolas brasileiras. Entretanto, se nesses segmentos as políticas governamentais têm, atualmente, papel restrito na determinação da dinâmica setorial, sendo que mesmo no financiamento da safra o crédito oficial se revela minoritário, na construção da agricultura produtora de qualidade na origem é indispensável a necessidade de políticas públicas ativas, não apenas na ampliação das lavouras e criação desse perfil estrutural, como na regulação da qualidade de produtos e processos, na regulação das boas práticas comerciais e no exercício de uma legislação conseqüente que leve à produção planejada, como os programas integrados de frutas. Essa é a prioridade realmente efetiva de política estrutural para os agronegócios. Importante salientar que pelos desdobramentos da ordem natural das coisas, com a concentração de beneficiários dos incentivos fiscais em algumas regiões brasileiras, realiza-se a expansão desses segmentos da agricultura seguindo, de forma aprofundada, os mesmos procedimentos concentradores de terra e renda utilizados na construção do atual modelo de sucesso dos grãos e fibras.

Ressalte-se que é possível expandir lavouras de produtos com diferenciação de qualidade na origem com base em grandes empreendimentos. Essa concentração de privilégios, sim, resulta de políticas públicas, e nada indica para a mudança. Mais à frente, poderá ser mais um si revelador de oportunidade perdida, como refere-se ao si derivado da realização da reforma agrária massiva nos anos 50s e 60s, antes da modernização do campo dos anos 70s em diante<sup>27</sup>. O desenvolvimento da agricultura brasileira

<sup>27</sup> Isso não significa que em zonas específicas da agricultura brasileira não possam ser tentados assentamentos fundiários produtores de grãos e fibras, mas o que se quer pontuar é que, nos anos 50s e 60s, caso tivessem sido realizados os assentamentos fundiários nos moldes dos atuais, como era pouco expressivo o contingente dos de-

que, se fosse efetuado a partir de prévia reforma agrária, poderia forjar outra resultante social econômica no campo e na cidade, se essa reforma agrária, no período, tivesse como associada de forma complementar, a políticas agrícolas que não concentrassem benefícios em poucos. Hoje, essa argumentação perdeu sentido, dado que infelizmente o si não faz parte nem pode refazer a história, pois como diz o ditado camponês: “*não adianta chorar o leite derramado*”.

## 5 - NOVOS CAPITALISTAS AGRÁRIOS DESTRUINDO AS BASES DE QUATRO SÉCULOS DE LATIFÚNDIO: distinção entre grandes empreendimentos e grandes latifúndios

Não há como fugir à comprovação histórica de que, regra geral, a história da agricultura brasileira tem sido a história da hegemonia plena da grande propriedade territorial. Em todos os ciclos econômicos, no passado nos canaviais nordestinos, nos arrozais maranhenses, nos cafezais paulistas e, no momento atual, nos canaviais paulistas, nas florestas plantadas capixabas, nas plantações de grãos e fibras do Brasil Central, a cada novo eldorado da agricultura itinerante brasileira, floresce a riqueza com base em explorações calcadas na grande propriedade territorial. A cada nova fronteira de expansão, investimentos públicos erguem estruturas e transformam o nada na manifestação de imensas fortunas baseadas na propriedade da terra. No passado, o ouro branco e o açúcar do nordeste fez a pujança pernambucana de Olinda e Recife. No apogeu do café no Vale do Paraíba, como ouro negro nos alforjes de imensas fortunas, ergue-

---

nominados “lavradores modernos”, todos partiam de condições similares de competição em termos de domínio da base técnica. E essa base técnica envolve mais que adoção de técnicas agrônomicas, incluindo técnicas gerenciais e técnicas de negócios que formam a complexidade desse padrão agrário. Ressalte-se que não bastaria haver realizado a reforma agrária, pois muitos dos atuais “sem terra” eram proprietários de terra que deixaram suas terras, exatamente, por não terem acompanhado a evolução desse processo que impôs uma enorme seletividade dentro de um processo de diferenciação crescente que, em razão do desenho das políticas públicas centradas no crédito subsidiado distribuído a mercado, exacerbou os índices de concentração fundiária. Além da política agrícola funcional com a concentração, caso o processo tivesse partido de um contingente de proprietários muito mais amplo, não apenas o ritmo da concentração mas sua resultante poderiam ser outros. De outro lado, os que buscassem as cidades não o fariam sem eira nem beira.

ram-se os majestosos casarões de Bananal que chegaram a ter moeda própria. Os barões do café de Ribeirão Preto emergiram no cenário econômico e político brasileiro a partir de seus mares de café. O café do Norte do Paraná ergueu sua Nova Londres, sua Londrina, com grandes cafezais e agora, os imensos “*pivots centraís*” irrigam de Rio Verde nas imensas plantações de grãos e fibras do Brasil Central. A marca de todos esses processos é a concentração da terra e da renda nos ciclos de expansão da fronteira agrícola, concretizando a base empírica que sustenta o argumento recorrente nas análises da crise agrária brasileira, repetido à exaustão, de que a história da agricultura brasileira, na sua base estrutural, constitui-se a história de quatro séculos de latifúndio<sup>28</sup>.

Não há como contestar esse axioma. A própria colonização brasileira deu-se com base no sistema de capitânicas hereditárias, pelo qual dividiu-se o território brasileiro em faixas paralelas que iam do Oceano Atlântico a um meridiano imaginário determinado pelo Tratado de Tordesilhas, que havia dividido o mundo entre as nações responsáveis pela expansão marítima: Portugal e Espanha. A cada capitania estava associado o domínio quase pleno de um aquinhado da colônia portuguesa. As bases da colonização lusitana no Brasil, já na sua origem, assentam-se na territorialidade das grandes extensões de terra. Mais tarde o sistema de sesmarias configuraram a face agrária desse processo, conformando imensas faixas de terra, divididas a partir de marcos geográficos que emergiam em destaque no relevo, que foram objetos de cessão a poucos beneficiá-

---

<sup>28</sup>Mantém-se aqui a alusão ao tempo histórico de quatro séculos de latifúndio para fazer referência a um clássico da economia agrária brasileira, correspondente brilhante, livro de mesmo nome, escrito por Alberto Passos Guimarães. Na verdade, o conceito de latifúndio estava ligado à concepção de que no Brasil o processo de colonização teria reintroduzido o feudalismo, fundamentalmente, com base em práticas de coerção extra-econômicas de dominação humana, como o trabalho compulsório, típicos de relações feudais de produção. Também há mais de 4 séculos de latifúndio, quase cinco séculos, para atualizar a periodização histórica. Entretanto, esse debate já é uma etapa vencida na economia agrária brasileira, a partir, em especial, da contribuição de Celso Furtado, no seu clássico Formação Econômica do Brasil, para a quem a colonização brasileira deu-se sob a égide do capital comercial. Entretanto, de uma forma ou de outra, todos os pensadores concordam quanto ao pecado original de existência de mecanismos de coerção extra-econômica não típicas da sociedade capitalista, cuja perenidade histórica marca o autoritarismo e dominação da relação patrão-empregado no Brasil, no campo e na cidade.

rios, quase sempre recrutados na órbita da estrutura social da elite brasileira em formação, enquanto oligarquia agrária. A Lei de Terras de 1850, não apenas viria a legitimar a posse como, ao produzir a metamorfose da riqueza, originou na verdade a pseudomorfose da elite, ao gerar a riqueza patrimonial centrada na propriedade da terra para substituir o sistema arcaico e em ruínas, calcado na riqueza patrimonial e baseado no domínio sobre o trabalho compulsório de negros africanos, para cá trazidos feito escravos.

Esse processo marcou a agricultura brasileira no ciclo do açúcar nordestino e no início do ciclo cafeeiro paulista, ou seja, do século XVI ao final do século XIX. A grande propriedade territorial escravocrata, das casas grandes e das senzalas, não apenas formaram a base da economia nacional, como em três séculos e meio determinaram o domínio incontestado da oligarquia agrária no cenário político brasileiro, passando por todo período colonial e todo período imperial. Mesmo os mais importantes movimentos de contestação do Poder Central, como a Revolução Farroupilha dos estanceiros gaúchos, mantinham identidade de interesse com a aristocracia imperial na manutenção da escravidão e do domínio sobre o acesso à terra. O resultado do acordo que solucionou esse conflito dá provas cabais desse fato. A própria unidade territorial brasileira, fator que diferencia de forma nítida a evolução da América portuguesa da América espanhola, explica-se em muito pela união em torno do interesse de manter a escravidão como elemento essencial à grande propriedade agrária produtora de açúcar. Na verdade, o comércio internacional do Atlântico Sul que unia o Brasil à África tinha dois produtos que permitiram expressiva produção e acumulação de riquezas ao capitalismo mercantil: o comércio do açúcar e o comércio de escravos<sup>29</sup>. O registro histórico do recuo de José

<sup>29</sup>Interessante destacar a brilhante contribuição de Luiz Felipe Alencastro no desvelar da formação econômica do Atlântico Sul que unia, e não dividia o Brasil da África que enquanto territórios coloniais, eram a base do unitário e indissociável movimentos de acumulação centrados nos fluxos comerciais de açúcar e de escravos. Em seu livro *O Trato dos Vivos*, esse autor desvela, de forma magistral, a epopéia do aristocrata fluminense Salvador de Sá e Benevides, parente de Men de Sá que foi Governador Geral do Brasil e de Estácio de Sá, fundador do Rio de Janeiro e membro destacado da oligarquia agrária produtora de açúcar que, décadas antes da Batalha de Jaboatão do Guararapes que é tida como marco histórico da vitória sobre os invasores holandeses da região nordestina produtora de açúcar, forma uma armada e invade a Angola na África, tomando Luanda, ferindo de morte o domínio

Bonifácio de Andrada e Silva, personagem relevante do processo da independência brasileira, de conhecidas posições anti-escravistas e que se curvou à força da oligarquia agrária, revela a força política, social, econômica e mesmo militar desse segmento social no Brasil Colonial e no Brasil Imperial.

A Proclamação da República não rompeu com a predominância da grande propriedade territorial, mas representou uma mudança fundamental nos mecanismos de acesso à terra, como decorrência da aplicação da Lei de Terras de 1850, que instituiu a compra, e não a concessão pública, como instrumento de acesso à propriedade da terra. Essa distinção é fundamental para o entendimento do caráter da propriedade da terra que, de forma progressiva, forjou-se no campo brasileiro no período republicano, e que formaram a marca das novas expansões da fronteira agrícola nacional. As expansões da fronteira agrícola no período republicano deram-se sob a égide do mercado de terras, com a democratização da possibilidade de acesso para os agentes econômicos que tivessem capacidade de acumulação de capital suficiente para pagar “os preços da terra”<sup>30</sup>. Esse “preço da terra” cria um vínculo jurídico e cultural representado na apreensão efetiva de que o acesso à terra resulta do trabalho, se não daquele personagem em específico, de seus antepassados. Nas regiões mais dinâmicas, o número de proprietários de terra que atuaram diretamente na acumulação de capital e com esse resultado adquiriram terras é elevado.

Não se pretende aqui desconhecer o fato de que, em muitas regiões brasileiras, em especial nas aberturas das fronteiras agrícolas no

---

holandês nas transações comerciais do circuito econômico do Atlântico Sul. Como decorrência dessa derrota, num ponto estratégico para a dominação comercial, deu-se posteriormente a derrota no plano político.

<sup>30</sup>Essa face do capitalismo de transformar em mercadorias aquilo que não significou produto de trabalho algum é discutida de forma consistente por Karl Polanyi no seu clássico *A Grande Transformação*: As origens de nossa época. A terra, por pressuposto, não deveria ter preço e logo não poderia ser adquirida. Entretanto, essa não é a percepção no mundo real da estrutura agrária brasileira no qual os proprietários de terra justificam seu domínio sobre um bem natural com base no pressuposto de que o mesmo foi

“comprado”. Como o capital investido na sua compra, ao menos na primeira aquisição, é produto acumulado de trabalho e não diretamente derivado da exploração de trabalho alheio, cria-se uma justificativa jurídica e moral para a defesa da propriedade da terra, nem sempre levada em consideração pelos analistas da crise agrária.

período republicano, não houveram ações estatais de cessão de direitos de propriedade, antes não tituladas, a novos proprietários. E também, não constitui interesse esconder a realidade do fato de que, em muitos casos, estiveram presentes mecanismos de grilagem e de processos não convencionais, para não dizer ilegais, nas ações de distribuição dessas terras de domínio público. O que se quer aqui pontuar é que isso não representa toda a realidade de acesso à terra no período republicano que, em especial no Sudeste do Brasil, se deu de maneira majoritária por compra. Aceito isso, o fundamento jurídico de acesso à terra por compra, altera-se a essência da discussão da propriedade da terra nos locais em que isso ocorreu. A alusão ao latifúndio, às sesmarias e ao regime de capitâneas hereditárias, se de um lado reforçam o sentido histórico da prevalência da grande propriedade no Brasil, de outro são referências históricas muito distantes para sustentar o debate da crise agrária na quadra atual dos conflitos do campo brasileiro. Isso, em especial para aqueles que obtiveram acesso à terra, por aquisição a partir da acumulação prévia de capital, ensejada na condição de trabalhadores para outros proprietários de terra, por eles próprios ou por seus antepassados.

Esse processo corresponde à esmagadora maioria dos empresários rurais atuantes nas cadeias de produção que são a face mais nítida do sucesso que, atualmente, se denomina forma acertada, na agricultura brasileira. Essa é a condição predominante do contingente que responde pelas supersafras recentes, inclusive a atual que atingiu a marca histórica de 120 milhões de toneladas de grãos. Simplesmente taxá-los de latifundiários, mesmo com a concessão equivocada de “latifúndio moderno” corresponde a um equívoco histórico que obscurece a compreensão da realidade brasileira. Por certo, no denominado agronegócio de sucesso coexistem proprietários de terras adquiridas, que são a parcela majoritária, e proprietários de terras oriundas de heranças familiares que tiveram origens nas concessões do período imperial e mesmo algumas remontam ao período colonial. Mas, em qualquer desses casos, na quadra atual, são de forma reconhecida, empresários capitalistas que obtiveram sucesso na agricultura, sendo inapropriado, do ponto de vista histórico e estrutural, discutir esse processo, ainda que apenas no espaço da luta política, colocando-os num mesmo grupo monolítico a que se denomina latifundiá-

rios, que de modo algum podem ser referência correta para caracterizar todos os grandes proprietários de terra. Assim, nem todo grande proprietário de terra é latifundiário, e mesmo nem todo latifúndio, entendido como terra improdutivo, tem origem na transmissão sucessiva de heranças que remontam às sesmarias e mesmo às capitâneas hereditárias. A análise das transformações da história da agricultura brasileira, na sua profundidade estrutural, mostra ser esse argumento inconsistente com os fatos.

A famosa expansão do café na região de Ribeirão Preto já representa, na sua essência, uma ruptura definitiva com o passado da agricultura brasileira, forjada com base naquilo que o cientista político Fernando Henrique Cardoso, muito apropriadamente denominou de burguesia agrária. A estruturação do núcleo hegemônico da elite que se formou com a expansão cafeeira paulista deu-se no primeiro momento com o domínio do capital comercial que conformaram “os agronegócios do café”. Tratava-se de interesses mais amplos que os limites dos cafezais, com a configuração de empresas produtoras da rubiácea associadas a outros interesses, inclusive o capital internacional. A Companhia Agrícola Fazenda São Martinho, da família Silva Prado, estava, desde início, vinculada à busca da inovação tecnológica como suporte da lavoura moderna, tendo um dos seus membros, o Conselheiro Antônio Prado, presente na estruturação da bases institucionais da moderna economia brasileira. Na hegemonia urbano industrial brasileira, que fez valer de forma decisiva sua supremacia ideológica pós 1930, presta-se reverências efusivas, de fato merecidas, a Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, pela sua luta pela industrialização, mas com certeza Antônio Prado, que não ostentou título de nobreza, é o mais importante personagem histórico do final do Império, concebendo e implantando as bases da agricultura moderna no Brasil, criando as novas instituições e implantando os paradigmas empreendimentos do maior negócio de economias continentais: os agronegócios.

O Conselheiro Antônio Prado está associado à criação dos institutos de pesquisa agrônoma no Brasil, com a importação de cérebros austríacos e de outras nações européias, desde a estruturação da pesquisa geológica paulista para descobrir terras roxas, para ampliar cafezais, datada de 1886, até a busca de novas técnicas agrônomicas, formada em 1887. Essa con-

cepção forjou a “geração de engenheiros” com a estruturação do curso de agronomia, como engenharia, em 1896. Mais ainda, com a necessidade de produzir-se até dormentes para a expansão ferroviária, criou-se a base da ciência florestal, ainda na entrada do século XX. Esses exemplos, que mostram compromissos contemporâneos de fatos similares ocorridos nos Estados Unidos da América e com os institutos politécnicos da Alemanha, consubstanciam uma ruptura estrutural com a agricultura até então praticada no Brasil, lançando os pilares do que no momento atual se denomina moderna lavoura. Desse fato deriva, também, a razão da manutenção da liderança brasileira no mercado internacional do café.

Entretanto as plantações de café não configuraram o único negócio dos Silva Prado, na medida em que eram proprietários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, fundaram o Banco de Comércio e Indústria (COMIND) em associação com capital estrangeiro. O Conselheiro Antônio Prado, o monarquista da família que tinha ainda em Martinho Prado seu ramo republicano, foi Ministro do Império ocupando diversas pastas entre as quais a da agricultura e atuou na criação da Bolsa de Café de Santos. Mais ainda, a concepção de agronegócio é reforçada pelo fato que as plantações de café dos Silva Prado, já na virada do século, era gerenciada na forma de uma empresa, a Companhia Agrícola Fazenda São Martinho, similar a outras como a Dumont Coffee Company, adquirida pelo capital inglês do pai de Santos Dumont, Henrique Dumont.

A grande propriedade cafeeira estruturada como agronegócio de grande empresa, ainda assim muito distante do conceito de latifúndio, só existiu nesse padrão na região de Ribeirão Preto, uma vez que as demais regiões como a de São Carlos e outras organizaram, nos períodos de expansão, cafezais de propriedades menores.

Dessa maneira, aquilo que se conhece como grande propriedade de café na virada do século XIX para o século XX, que pertencia à elite paulista, os denominados barões do café, era uma condição particular de Ribeirão Preto. A crise de 29, que afetou duramente a economia cafeeira, mostraria a face de capital comercial das principais lideranças, em especial dos Silva Prado que organizaram a Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC), junto à Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Essa empresa privada não apenas se envolveu no reta-

lhamento de inúmeras fazendas cafeeiras, como a própria Companhia Agrícola Fazenda São Martinho e a Dumont Coffee Company, vendidas a um imensa legião de antigos colonos que passaram a se dedicar ao plantio de algodão, como estruturou o avanço para o Oeste Paulista na trilha da expansão ferroviária como na Alta Paulista, também vendendo lotes de pequenas propriedades a quem tivesse capital acumulado para comprar terras. A Companhia Imobiliária do Norte do Paraná (Cia Norte) procedeu da mesma maneira no avanço da colonização daquela fronteira agrícola, que passou a ser a nova frente de expansão do café nos anos 40s em diante, vindo a liderar a produção nacional nos anos 60s e início dos 70s.

Nesse processo duas vertentes conduzem à criação da pequena propriedade fundiária, uma derivada da nova forma de ocupação da fronteira agrícola, com base na venda de lotes de terra com financiamentos de juros baixos e de prazos longos, e outra decorrente do retalhamento e liquidação patrimonial das antigas grandes fazendas de café afetadas de forma profunda pela crise cafeeira, passando a ser um negócio menos rentável que a indústria e os bancos das cidades que prosperaram, para onde foi carreado o capital obtido na liquidação imobiliária. A verificação da estrutura fundiária dessas regiões, no momento atual, revela que as mesmas passaram por um expressivo processo de reconcentração fundiária, em especial nas regiões onde desenvolveu-se o complexo sucroalcooleiro e em outras onde predominou os cultivos mecanizados de soja nos anos 70s e 80s<sup>31</sup>. Entretanto, há que

<sup>31</sup>Esse processo foi denominado pelo grande amigo e inesquecível mestre José Jorge Gebara, de processo de fagocitose, numa alusão ao mecanismo de fusão celular em que uma célula absorve a outra, na sua brilhante e pioneira análise sobre a evolução da agricultura do município canavieiro paulista de Sertãozinho (SP), antigo berço do café que se converteu em moderno núcleo produtor de açúcar. Mas, é preciso qualificar o fato de que os personagens, agora grandes proprietários de terras, são outros, foram colonos, na maioria imigrantes italianos que trabalharam anos nos cafezais, acumularam algum capital, compraram pequenas propriedades de terra e numa expansão produtiva sem precedentes algum diferenciaram-se e, adquirindo terras de vizinhos e mesmos outras fazendas, tornaram-se grandes proprietários de terras. Exemplo disso pode ser dado na família Biagi, que em 1928 comprou 28 hectares de terra e nesse processo de expansão atingiu o domínio sobre mais de 40 mil hectares, formando-se uma das maiores estruturas agroindustriais paulistas. Ressalte-se que importante número desses novos proprietários de terras que obtiveram suas propriedades por compra no pós 1930 ainda mantêm-se na agricultura, em especial nas áreas em que ou conseguiram con-

se diferenciar, de forma nítida, esse processo da idéia antiga de latifúndio, na medida em que o mesmo se deu pela crescente diferenciação dos empreendedores mais dinâmicos para, em movimentos típicos da expansão capitalista, formarem grandes empreendimentos.

Essa reconcentração fundiária deriva, em muita medida, do processo de modernização agropecuária iniciado em São Paulo nos anos 50s e ampliado, ganhando dimensão nacional da metade dos anos 60s em diante. Trata-se da plenitude do processo de generalização horizontal nas regiões mais dinâmicas da lavoura brasileira do padrão produtivo das lavouras de escala, típico dos grãos e fibras mas que envolvem também a cana e a laranja para a agroindústria. Esse crescimento do tamanho das áreas agricultadas por cada lavrador consiste numa decorrência inexorável da mecanização intensa das operações produtivas, aliadas ao uso de outros insumos como fertilizantes e técnicas avançadas. Mais uma vez, esse processo de diferenciação foi derivado de um desenho das políticas agrícolas baseadas no crédito subsidiado distribuído ao mercado. Assim, aqueles que conseguiram diferenciar-se foram compelidos a buscarem internalizar ganhos de escala compatíveis com a sustentabilidade de sua posição competitiva num processo capitalista que se revelou profundamente excludente para os proprietários de terras que não obtiveram acesso aos benefícios das políticas públicas<sup>32</sup>. A questão que se coloca é que muitos dos que não tiveram acesso às políticas de modernização acabaram excluídos do campo e por isso, os vencedores do processo de diferenciação não podem arcar agora com a “culpa” de terem obtido

---

viver com a fagocitose típica da grande lavoura canavieira ou se localizavam em zonas onde a pressão canavieira não se manifestou em toda sua plenitude, permitindo praticar outras atividades.

<sup>32</sup>A adoção do crédito subsidiado a mercado como principal instrumento da política agrícola sustentadora do processo de modernização agropecuária dos anos 60s em diante, na medida em que revelou uma nítida e intensa concentração nos grandes tomadores, concentração essa caracterizadora do acesso aos elementos da política de modernização ensejada, produziu como corolário um aprofundamento da concentração da terra e da renda no campo. A crítica contundente dessa funcionalidade das políticas de crédito com a concentração de terra e de renda está presente no clássico de Luiz Carlos Guedes Pinto, que, com profunda acuidade, analisou esse processo ocorrido nos anos 60s e 70s. Essa política de crédito rural concentrado exacerbou os efeitos já claramente orientados para os ganhos em escala via mecanização de processos, típicos das lavouras do modelo texano.

êxito.

Esse processo de reconcentração exacerbada da terra foi nítido tanto nos canaviais paulistas como na expansão da soja paranaense, que acabou erguendo uma das bases produtivas de lavouras mais eficientes do campo brasileiro. No final dos anos 70s, havia nessas regiões produtivas o “*locus*” da modernidade da agricultura brasileira, com indicadores de produtividade crescentes, consistentes e com uma inserção competitiva sustentável. Na realidade dos anos 80s, apenas o cultivo da soja foi implantado com mecanização plena do processo produtivo, em especial do plantio e da colheita. Nas demais lavouras, como a cana, laranja, café e algodão a limitação da possibilidade de mecanizar a colheita acabou por gerar uma exacerbação da amplitude sazonal de demanda de mão de obra, com picos concentrados nas colheitas. Essa modernização parcial pela maquinaria, se de um lado gerava um problema social grave pela formação de legiões de “bóias frias” que perambulavam pelo interior das zonas de produção na procura de trabalho, de outro era um obstáculo à plena pressão por ganhos de escala que implicaria em maior concentração da terra. A expansão sem crédito subsidiado dos anos 80s em diante, derivada da dinâmica do complexo agroindustrial que se consolidara no início dessa década a partir da internalização das agroindústrias de insumos e máquinas pela execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento da era Geisel, liderou o aprofundamento da busca de eficiência que se substanciaria em ganhos crescentes à escala, agora com movimentos consistentes de modernização da colheita do milho, do algodão e recentemente da cana, reduzindo de forma progressiva os diferenciais de amplitude da sazonalidade do uso de mão de obra, tendo como resultado a minimização consistente dos problemas sociais derivados do fenômeno social denominado “bóia fria”<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup>Interessante pontuar, que nessas lavouras de escala as lideranças sindicais pressionadas pela possibilidade técnica da mecanização crescente e quase absoluta de todos os processos operacionais de cultivo, literalmente perderam capacidade e poder de reivindicação. As lideranças políticas mais expressivas, que estiveram na linha de frente da luta em defesa dessas categorias, como no caso dos canavieiros paulistas, perderam sua base de apoio eleitoral e não se elegeram nas últimas eleições. Mais ainda, depois de um período turbulento de greves conflituosas nos anos 80, o movimento sindical de trabalhadores rurais numa postura similar àquela adotada pelos sindicatos de metalúrgicos, que já foram a vanguarda do moder-

A mecanização da colheita que vem crescendo de forma consistente no movimento recente de aprofundamento da competitividade da lavoura de escala, por esse prisma, amplia o nível de exclusão social, na mesma medida que, isolada, livra-se do estigma da exploração intensa dos trabalhadores, em especial nas operações de colheita. Forjou-se assim, amplo segmento de empreendedores capitalistas que, tendo durante vários momentos do século XX, obtido acesso à propriedade da terra, diferenciaram-se no processo de modernização e constituíram estruturas produtivas compatíveis com os padrões de eficiência necessários à inserção competitiva numa economia globalizada. Resta ainda, para fechar o argumento a respeito desse segmento diferenciado de empreendedores rurais que compraram terras e desenvolveram potenciais produtivos, inserir os capitalistas produtores de grãos e fibras do Brasil Central. Em primeiro lugar, há que se ressaltar a especificidade da lavoura dos cerrados, pois, nessas condições, não há a acumulação produtiva da exploração da madeira e da fertilidade natural do solo decorrente da derrubada da floresta, como era a realidade das fronteiras agrícolas do Sudeste. Nos cerrados há que se “construir” o solo na medida em que, sendo terras ácidas e com pouco fósforo, exigem a correção prévia dessas deficiências para que se obtenha sucesso. Por outro lado, há a necessidade de estruturar os conjuntos de irrigação e o conhecimento de técnicas mais sofisticadas de manejo de solo e água, como as de cultivo mínimo. Os lavradores do cerrado enfrentam, desde logo, a barreira à entrada do capital acumulado para estruturar o solo e a base produtiva, entretanto, mesmo que a preços reduzidos, obtêm o acesso à terra, mediante compra. Por esses motivos, os empreendedores das lavouras de escala dos cerrados integram-se à mesma condição daqueles que, no Sul-Sudeste, não se constituem em proprietários de terra para que possam ser enquadrados como latifundiários.

É fundamental, dessa maneira, realizar

---

no sindicalismo brasileiro, trocaram a luta por avanços nos direitos trabalhistas por posturas de defesa do emprego. Os explorados organizam-se para lutar pelo direito de continuarem a serem explorados, numa completa inversão de valores e objetivos das estratégias de lutas de classes. Cortar cana, por exemplo, é um trabalho árduo e fatigante, típico de trabalhadores com reduzida qualificação formal, mas, sendo o único ofício que sabem executar, lutam para manterem uma vaga possibilidade de sobrevivência. Essa é a face perversa desse processo.

a adequada distinção histórica e factual dos diversos segmentos, e da lógica da dinâmica econômica antagônicas, que possam estar encobertos sob a classificação genérica de grandes proprietários de terra. Se do ponto de vista da distribuição fundiária esse fato não tem significado estrutural importante, essa nova categoria de grande propriedade agrária tem significado cultural e jurídico radicalmente distinto. Na medida em que a terra não foi recebida como doação, mas adquirida pelo resultado do trabalho, e que o capital produtivo deriva do domínio de técnicas avançadas e da construção da base do capital fixo que forja uma elevada capacidade de produzir, não há como não diferenciá-los na análise da realidade agrária, mesmo porque, em sociedades de economia capitalistas, enquanto empreendimentos geradores de emprego e de riqueza vinculados à amplas cadeias de produção, cumprem a função social da propriedade. Para esse segmento de sucesso dos agronegócios brasileiros é fundamental, não apenas por razões jurídicas e culturais, mas por relevantes motivos sociais e econômicos, dar-lhes a segurança patrimonial consistente com o ritmo da manutenção dos investimentos, que é do interesse de toda sociedade brasileira<sup>34</sup>. Avançar na solução da questão agrária, por qualquer mecanismo de políticas públicas, não pode significar a penalização dessa face de eficiência da agricultura.

## 6 - À GUIA DE CONCLUSÃO: crise agrária e agricultura

A exacerbação dos conflitos agrários, no momento atual, na verdade, reflete a face pene de uma crise estrutural da economia e da sociedade brasileira, cuja solução vem sendo postergada a mais de 5 séculos em uma proporção que perpassou praticamente toda história da

---

<sup>34</sup>Noutras palavras, com certeza, nem toda grande propriedade é um latifúndio e nem todo latifúndio é uma grande propriedade. Basta verificar o desperdício de recursos produtivos das pequenas chácaras de lazer, criadas em loteamentos à orla das grandes represas hidroelétricas. A existência de latifúndios e sua detecção exige mudanças fundamentais em toda legislação agrária, rompendo com os conceitos definidos nos anos 60s quando da edição do Estatuto da Terra, para que seja montado um panorama consistente da realidade agrária nacional, para sobre esse quadro, desenhar as políticas fundiárias necessárias à amplificação das oportunidades no campo brasileiro, levando à distribuição mais equânime dos frutos do desenvolvimento.



nação brasileira, na medida em que surgiu no Brasil Colônia, ampliou-se no Brasil Imperial e aprofunda-se no Brasil República. Desse processo histórico, de persistente crise agrária, emergem na realidade brasileira contemporânea duas constatações empíricas que se destacam não apenas pela sua elevada expressão como pelo caráter de contradição que guardam entre si. É inegável o sucesso competitivo alcançado por segmentos relevantes dos agronegócios nacionais que fazem do Brasil do presente uma nação de expressiva capacidade de produção de bens essenciais, em especial para o mercado de *commodities*, projetando-se no futuro muito próximo, ao largo de pouco mais de uma década, segundo estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), à uma posição na qual o Brasil assuma a condição de maior produtor mundial de grãos e fibras. De outro lado, esse sucesso convive com enorme grau de exclusão social, em especial no campo brasileiro, dando uma estrutura de iniquidade da distribuição de renda, propiciando que nessa nação, com elevada capacidade de ofertar alimentos, ocorra realidades de fome, situação que afeta, em maior ou menor grau, expressiva parcela da realidade nacional. Essas contradições exacerbadas conduzem a conflitos que ameaçam o tecido social.

Num primeiro momento é relevante tratar de alguns argumentos que permeiam a discussão, e que vêm sendo apresentados como razões justificadoras de algumas políticas públicas nos últimos anos, os quais não se sustentam na realidade. O principal deles é a pretensa contradição entre a grande lavoura e a carestia, consubstanciada na oferta e nos preços dos alimentos para as populações urbanas. Em função de haverem detectado “insuficiência de oferta”, defende-se a necessidade de produzir mais alimentos para barateá-los, o que se revela um contra senso. **A fome, onde ela existe, não resulta da falta de comida, mas da falta de renda.** Assim, não há, em medidas produtivistas de aumento da oferta, qualquer capacidade de solução para o problema anacrônico da fome. Dada a renda disponível que conforma dado tamanho da demanda efetiva, um aumento substantivo da produção de alimentos como mandioca, feijão e arroz resultará exatamente no efeito contrário a médio prazo, uma vez que provocará prejuízos para os lavradores, que arcarão com os custos do “excesso de oferta”, com acúmulo de excedentes invendáveis, que refletindo-se em preços desesti-

muladores, provocarão redução de plantio na safra subsequente. A atuação governamental de “enxugamento do mercado” poderá levá-lo a custear estoques pagando sobrepreço, gerando enorme irracionalidade fiscal. Essa discussão da inelasticidade da oferta agrícola já é uma questão superada na realidade brasileira, no plano teórico da economia nos anos 60s, e no plano da realidade, em toda década de 1990<sup>35</sup>.

Em função de que o problema da fome não decorre da pretensa existência de inelasticidade da oferta agrícola, não há qualquer propósito que justifique o denominado Plano de Safra para a Agricultura Familiar, nem na sua versão 2003-2004 nem em outros desenhos anteriores. Nessas cadeias de produção de grãos e fibras de baixo valor unitário, nas quais inclui-se também a

<sup>35</sup>No plano da teoria econômica, essa discussão está superada, em especial graças à contribuição de Ignácio Rangel no início dos anos 60s, com sua acurada discussão contra os argumentos relativos à inelasticidade da oferta agrícola. Para esse, que é um dos maiores pensadores da economia e da questão agrária brasileira, a solução para a questão da alimentação seria resolvida pelo lado da renda. Afinal, a “demanda cria sua própria oferta”, exatamente o contrário dos economistas conservadores, presos ao equívoco conceitual perpetrado pela aceitação sem exatidão da Lei dos Mercados de Say, perpetuada pela sua aceitação por David Ricardo, vulgarizada pelo equivocado axioma: “toda oferta cria sua própria demanda”. Isso implica em aceitar a não existência de crises de superprodução e também a impossibilidade de “excedentes estruturais”, originários da presença de excedentes de produção e fome na mesma realidade como é o caso do Brasil. Com a pretensão de estarem realizando a crítica do modelo brasileiro, alguns pensadores, na verdade, reforçam sua consistência, pois se o problema exige mais comida, deve-se utilizar a plenitude da capacidade técnica nacional para concretizar sua solução. No final dos anos 60s, o economista Afonso Celso Pastore, num trabalho de excepcional qualidade teórica e empírica, depois transformado em livro, comprova e prova que a produção agrícola responde a preços, enterrando de forma definitiva, no plano teórico e empírico, os argumentos dos defensores das teorias sobre a existência da inelasticidade da oferta agrícola. Nos anos 90s em diante, mais propriamente na segunda metade dos anos 90s, ocorrem demonstrações inequívocas de queda consistente dos níveis de preços agrícolas, com o progresso técnico beneficiando largas faixas de consumidores. Entretanto, isso é possível porque os consumidores se expressam pela sua renda, sua liberdade configura-se como concreta no tamanho de sua renda, e assim, quem não tem renda suficiente numa sociedade capitalista tem liberdade “real” insuficiente, ainda que todos sejam “iguais” perante a lei, segundo o ideário liberal. Concretamente só são iguais cidadãos de rendas iguais, pois estão submetidos aos mesmos fatores limitadores de escolha, que numa sociedade capitalista, se expressa de forma monetária. A inconsistência da Lei de Say, demonstrada por Malthus, Lei essa ignorada por Marx que a considerou uma teoria infantil de um Say e indigna de um Ricardo, marcou a economia até o século XX, com a demonstração definitiva de que consistia num equívoco, realizada por Keynes.

mandioca, os custos médios (de produção e de transação) são cadentes em função do incremento de escala, o que em outras palavras significa que a capacidade de resposta da lavoura empresarial permitiria ampliar de forma significativa a amplitude dos beneficiários e dos benefícios, dados os preços menores ao consumidor. As ações contra a fome devem, portanto, atuar do lado das despesas públicas com políticas objetivas de renda, atendendo tanto os que não têm renda para se alimentarem como aqueles que têm renda insuficiente<sup>36</sup>. São políticas criadoras de demanda capazes de estruturar uma consistente ampliação do consumo. Entretanto, trata-se de política pública compensatória que encontra limites fiscais e objetivos quanto à sua amplitude, cujos resultados esperados só se consubstanciam no combate à fome de comer, exigindo complementaridades para se combater o pior tipo de fome, a fome de cidadania. Em outras palavras, essa medida só se justifica na emergencialidade, dado que não basta alterar a condição de exclusão, do excluído faminto para o excluído alimentado, para a solução consistente da questão da iniquidade. Há que se abrir o horizonte das oportunidades para esses segmentos sociais. E para o universo da exclusão social brasileira, essas oportunidades não virão de um genérico “espetáculo do crescimento”, se não houverem medidas estruturais que os façam atores, e não meros espectadores, desse espetáculo.

A idéia de um espetáculo de crescimento na agricultura, dentro de uma economia capitalista, mostra-se consistente com as necessidades nacionais, e é exatamente sobre esses pilares, que se assentam as possibilidades da construção de mecanismos efetivos de superação da condição de exclusão social que abrange

<sup>36</sup>Ressalte-se que para segmentos expressivos de agricultores, em especial dos bolsões de miséria do semi-árido nordestino e dos confins amazônicos e, mesmo dos enclaves de miséria rural como o verificado nos dois contrafortes da Serra de Paranapiacaba do Alto Vale do Ribeira Paulista, não há qualquer possibilidade de sucesso numa concorrência aberta com a denominada lavoura empresarial, mesmo na produção de alimentos básicos para o mercado local. Para esses segmentos de lavradores familiares, mais consistente que um Plano de Safras da agricultura familiar de *commodities*, seria adotar-se o modelo de ajuda direta, praticado nas agriculturas européias e norte-americanas. Seria uma política de renda mínima para o campo, nos moldes da concepção defendida de forma consistente pelo atual senador Eduardo Matarazzo Suplicy e que já foi praticada no Município de Campinas (SP) na gestão do então Prefeito Magalhães Teixeira (Grama).

parcela expressiva de brasileiros. Ademais, em uma economia continental como a brasileira, também não resta qualquer dúvida que essa inclusão social deverá ser responsabilidade da inclusão de importantes contingentes na dinâmica do desenvolvimento dos agronegócios. Mesmo porque, dada a realidade de exclusão expressa na qualificação formal e profissional dos excluídos, essa situação os coloca em posição de dificuldade frente às perspectivas de emprego que se abrem com exigências de habilidades cada vez mais sofisticadas. Essas dificuldades no trabalho rural são de amplitude menor, sendo também menos onerosas as políticas compensatórias capazes de enfrentar os obstáculos a transpor para concretizar a inclusão social.

As políticas públicas para o agronegócio brasileiro devem, portanto, abranger uma amplitude maior de prioridades e instrumentos para, realmente, concretizarem os objetivos de inclusão social desejados. Sem desconsiderar os efeitos tópicos de tratamento de casos que confirmam a regra ao mostrarem-se distintos em termos de dinâmicas locais específicas que devam ser atendidas, há que se ter claro que é estratégico para a nação brasileira a manutenção da dinâmica de desenvolvimento dos agronegócios, mesmo para as grandes lavouras de escala do denominado modelo texano de produção. Para essas cadeias de produção, a fronteira do emprego para ampliar as possibilidades de oferta de trabalho, e com isso incorporar mais gente aos benefícios do desenvolvimento, não está na lavoura familiar de *commodities*, mas na agregação de valor pela agroindústria e pelas criações integradas de pequenos e médios animais. Ainda que estruturada a prestação de serviços de máquinas, o que reduziria o ímpeto concentrador de terra e de renda nessas lavouras, o espaço para incluir amplos segmentos sociais no campo, dentro da lógica de inovações gerenciais e tecnológicas presentes nessas cadeias de produção, é muito reduzido. Daí, não haver razão para persistir no erro de querer estruturar a agricultura familiar, que no capitalismo deveria ser feita em moldes empresariais que lhe são inerentes, como mero decalque da chamada agricultura empresarial, notadamente em se tratando de lavouras. Desses *pivots* centrais, por certo, não jorrarão rios de oportunidades de sucesso, mostrando-se um equívoco de desenho de engenharia das políticas públicas.

Também, não há como deixar de frisar que não há incompatibilidade estrutural na nação

continental brasileira, entre enfrentar a exclusão social no campo e ao mesmo tempo apoiar o avanço da grande lavoura empresarial de escala. Se não houver outra razão existente, que seja aceito o argumento da necessidade de estruturar-se fontes de receitas públicas para financiar as políticas estruturais com base na plenitude da competitividade dessas cadeias de produção. Resta fundamentalmente, entretanto, enfrentar de vez a necessidade de internalização plena das lavouras de qualidade do padrão californiano. Essas políticas no Brasil, desde logo, envolveriam toda a política cafeeira, onde o país é líder no mercado mundial e poderia ampliar essa liderança com a oferta de ampla variedade de cafés de qualidade. Isso, inclusive, internalizando os elos da torrefação e de preparo de produtos finais, competindo com cafés diferenciados pelo sabor e qualidade da bebida, com os famosos cafés de Hamburgo que fazem da Alemanha um dos maiores exportadores mundiais do complexo cafeeiro. Numa concepção mais ampla, envolveria as frutas e olerícolas frescas, formando uma cesta de frutas de inigualável qualidade e diversidade. Ancoradas na qualidade, produzir frutas não é plantar pomares nem produzir cafés é ampliar cafezais. Há que se pensar na totalidade das cadeias de produção orquestrando interesses e harmonizando conflitos.

A questão crucial para isso gerar resultados é que essa opção exige mais que um complexo de políticas públicas estruturais ativas. A tarefa de construção da base estrutural dessa agricultura de qualidade só poderá ser realizada por políticas de Estado, desenhadas em pressupostos distintos dos até agora realizados e que são de recortes mais complexo que as que geraram as produções mecanizadas das lavouras em escala. Nessas lavouras de qualidade o capital intelectual é mais relevante que o capital fixo. E mais, não há como gerar resultados previsíveis no curto horizonte histórico de mandatos governamentais, mesmo que duplicados por reeleição. Esse processo exige tempo o que exatamente não se pode exigir de segmentos que esperam sua vez há muito tempo e que, pela condição dramática na qual foram lançados pela história, enfrentam no dia a dia a luta pela sobrevivência digna. **Há que ser construída essa alternativa, ainda que para essa parcela da população pese de maneira mais cruel o vaticínio keynesiano do que a longo prazo todos estarem mortos. Para muitos esse longo prazo apresenta-**

**se como o agora inadiável. Mas o agora pode consumir-se no nada se encaminhado para o acirramento sistêmico dos conflitos. Entretanto, é preciso eliminar o cipoal de obstáculos, abrindo picadas que, no saber sertanejo, são início de caminho.**